



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JANIELE DE JESUS SANTOS

**NÃO BASTAVA SÓ A MISERICÓRDIA DIVINA:
A SECA DE 1857/1861 NA COMARCA DE JACOBINA**

Jacobina – BA.

2016

JANIELE DE JESUS SANTOS

**NÃO BASTAVA SÓ A MISERICÓRDIA DIVINA:
A SECA DE 1857/1861 NA COMARCA DE JACOBINA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, Colegiado de História, Curso de História, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira.

Jacobina – BA.

2016

JANIELE DE JESUS SANTOS

**NÃO BASTAVA SÓ A MISERICÓRDIA DIVINA:
A SECA DE 1857/1861 NA COMARCA DE JACOBINA**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina, Colegiado de História, Curso de História, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Jackson André da Silva Ferreira – UNEB.

Membro: Prof. Mestre Emilly Rodrigues dos Santos – UEFS.

Membro: Prof. Doutor Moiseis de Oliveira Sampaio – UNEB.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proteger durante essa caminhada universitária. Aos meus pais, Junivan e Maria Edileusa, ao meu sobrinho lindo, Miguel, as minhas irmãs Jocielma e Jocicleuma por me apoiarem e compreenderem os momentos faltosos das reuniões em família, ao apoio da minha tia Cristina e a minha cunhada Marla. A André que as vezes tinha que amenizar meus textos antes que eu enviasse para o orientador. Meus sinceros muito obrigada para o melhor, Doutor Jackson André Ferreira da Silva que aceitou o desafio de orientar uma pesquisa sobre seca de uma das alunas mais chatas da UNEB. Não esquecerei das amigas e amigos que me apoiaram, que conviveram comigo e que também caminharam nessa tortuosa estrada acadêmica, em especial Adenice Silva, Ediane Bispo, Marta Lúcia, Rita de Cássia, Glenda Maciel, Rutemberg Santana, Fabricia Santana, Iasmim Oliveira, Lucilene Santos, Lenilda Oliveira, Niedia Nunes, Vanessa Santiago, Sabrina Cruz, Adriana Ribeiro, Isabela Ferreira, Marcio Macedo que aguentaram o “lagrejo” e a toda a turma 2012.1 que me aturaram até o último semestre e estarão sempre no meu coração e aos colegas de outros semestres. Obrigada aos professores do Colegiado de História que tem culpa na minha formação em especial a Polliana Moreno, Joelma Ferreira, Cândido Domingues, Moiseis Sampaio, Washington Drummond, Ivan Ramires, Jaime Baratz, Jackson Ferreira e em especial a José Carlos que foi meu professor desde o Ensino Médio.

RESUMO

Este trabalho procura analisar como a seca de 1857/1861 atingiu a população da Comarca de Jacobina e quais foram suas principais consequências, além de buscar identificar quais foram as estratégias e recursos utilizados pela população para conviver com a seca, enquanto o socorro público não chegava. Esta foi a primeira seca a ser visibilizada pelo governo Provincial por ser uma das mais devastadora do século XIX e motivou ações de combate à seca. Minha pesquisa foi embasada pelas correspondências expedidas e recebidas pelo presidente da Província, delegados, padres e fazendeiros das vilas, todas elas se encontram no Arquivo Público da Bahia, também utilizei os Relatórios do Governo Interino que ficam hospedados no site da Biblioteca Nacional e no site do *Center For Research Libraries*.

Palavras chaves: Sertão, seca, chuva, socorros, migração, flagelo.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the drought of 1857/1861 affected the population of the Comarca of Jacobina and what were its main consequences, as well as to identify the strategies and resources used by the population to cope with the drought, while public relief did not reach. This was the first drought to be seen by the Provincial Government as one of the most devastating in the 19th century and motivated actions to combat drought. My research was based on the correspondence sent and received by the president of the Province, delegates, priests and farmers of the villages, all of them are in the Public Archives of Bahia, I also used the Interim Government Reports that are hosted on the National Library website and on the website Of the Center For Research Libraries.

Keywords: backwoods, drought, rain, relief, migration, scourge.

SIGLAS

APB – Arquivo Público da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Os Sertões das Jacobinas	09
--------------------------------	----

CAPÍTULO I

Secas: Olhares sobre as secas na Província da Bahia	17
---	----

CAPÍTULO II

Enquanto o socorro não vem: Entre as estratégias de convivência com a seca e reivindicações dos sertanejos	32
--	----

CAPÍTULO III

Socorros Públicos: As políticas do governo no combate à seca	47
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esperança de dias melhores	63
------------------------------------	----

FONTES	66
--------------	----

REFERÊNCIAS	67
-------------------	----

INTRODUÇÃO

Os Sertões das Jacobinas

Formada pelos currais, missões e famosa por suas minas de ouro, Jacobina era um território que, às vezes, se nomeava no plural como as Jacobinas.¹ A povoação das Jacobinas se deu primeiramente na freguesia Jacobina Velha, nos arredores da atual cidade de Campo Formoso e posteriormente na Vila Nova da Jacobina, onde o nome foi conservado e hoje é a sede administrativa do município.² Rapidamente povoados por “vários agentes colonizadores” como os “exploradores, criadores de gado, reдеiros, missionários, soldados, autoridades e vaqueiros” constituiu-se como local propício à expansão da criação de gados e/ou exploração de minerais preciosos.

Solon Natalício Araújo dos Santos argumenta que, a partir do processo de estabilização colonial nos sertões das Jacobinas, uma elite letrada tentou construir uma memória regional e local que unificasse a população livre em torno de novas identidades históricas e culturais, porém existem poucos estudos sobre esses dados das elites jacobinenses.³ Afonso Costa nos recorda sobre essa formação da identidade local de Jacobina, segundo ele:

(...) primeiros tempos das entradas pelos sertões, um casal de índios aí se encontrava como dominadores dos paiaíases, os quais acolhiam os brancos aventureiros sem tanta animosidade, agasalhando-os nas suas tabas, acarinhando-os, por fim. Eram Iacó e Bina o feliz casal de selvagens. Os emboabas entravam de relações com êles e com os demais seus parceiros, por seu intermédio. Sondavam as minas de ouro e extraíam-lhes o valioso metal. Percorriam todas aquelas terras próximas, graças ao acolhimento que lhes davam êles. Iacó e sua companheira tornaram-se falados e ouvidos com atenções de nobre respeito, e quando qualquer cometimento se projectava na aldeia, a palavra do casal era consultada como oráculo sagrado. Morreram depois de anos, adeantados no viver, e por êles, sempre que citação se fazia daquelas minas ou daquelas bandas, com

¹ Solon Natalício Araújo dos Santos, “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2011), pp. 217. As Referências em Notas de Rodapé estão de acordo com as regras da Revista Afro-Ásia (UFBA). Segui recomendações do Orientador.

² Afonso Costa, “200 anos depois – A então Vila de Jacobina”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 48, 1923. pp. 277-282.

³ Santos, “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas”, pp. 217.

mais precisão acudia de pronto a palavra jacobina, unindo-se-lhe para a nova forma onomástica os elementos que se buscavam nos apelidos do venturoso par.⁴

Entretanto, Costa se opunha a essa versão romântica da criação de Jacobina, qualificando-a como mito ou lenda. Contrapondo está ideia, Márlio Fabio Pelosi Falção aponta em seu dicionário de topônimo que:

O topônimo Jacobina, provavelmente deriva do termo tupi Ya-Qua-Apina, “jazida de cascalho limpo” ou “terreno impróprio para a lavoura e revestido de mato baixo, geralmente cerrado e espinhoso”. Outras possibilidades são as de que derive de Jacobina ou Jacuabina, o que significa “campo aberto” ou campo vasto sem elevação” (sic), e também Yacuy (jacuíba) e Bina (desfolhada), uma “espécie de árvore que perde as folhas por ocasião das secas.”⁵

Segundo Santos, geograficamente o município era situado no centro da Bahia, atual Chapada Diamantina e seu Piemonte, sem contornos precisos, possivelmente estendia seus limites entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano.⁶ Candido da Costa e Silva acrescenta que para chegar nas Jacobinas, “um dos caminhos era o do Sertão de Cima” que

(...) começa com alguma ventura nas proximidades da Bahia, porque em distância de 17 ou 18 Legoas tem três freguesias N. Sr^a do Rosario na Cachoeira; a de S. Gonçalo; e a de S. Jozeph das Tapororocas e as duas Capellas de N Sr^a da Conceição, e N. Sr^a do Desterro. Mas logo para diante se vay descontando essa fortuna, pois seguindo-se as povoações dos Tocos, e da Pinda com bastantes moradores, não há em ellas Igreja alguma, estando distantes da última mais de 20 legoas. Depois, era a travessia por trilha que a falta d’água tornou deserta, até atingir “os dilatadíssimos, e fertilíssimos territórios chamados a Jacobina nova, e a

⁴ Afonso Costa, “Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia*, v. II, 1918, pp. 253.

⁵ Márlio Fabio Pelosi Falção, “Pequeno Dicionário Toponímico da Bahia”. Fortaleza, 2001. p. 349-350.

⁶ Santos, “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)”, p. 23

velha, ambas muy numerozamente povoadas, e ambas tão grandes em circuito, que podem competir na largueza com hum Reino.⁷

No censo de 1872, citado por Raphael Rodrigues Vieira Filho, 17.327 pessoas livres e 1.255 escravos viviam em Jacobina. Ainda segundo o autor, os censos realizados sobre Jacobina no século XIX, a pequena população de escravos era sempre destaque e análises sobre os documentos censitários mostraram que a maior parte da população eram de “não brancos”, mas não se tinha detalhes sobre eles e muitas vezes a descrição era deturpada.⁸

A população de Jacobina e região conviviam em comunidade e sua integração econômica e social, quilômetros distantes do litoral, possibilitava as dinâmicas das pequenas policulturas sertanejas com a grande lavoura de unicidade de cultivo vendendo seus excedentes. Segundo Vieira Filho, no século XIX, Jacobina produzia algodão, feijão, milho, arroz, cevada, café, azeite de coco e de mamona, doces, redes, cobertas, entre outros. Além dessas produções, ainda existiam fazendas de criação de gado de diferentes qualidades, engenhocas de açúcar, raspadura, aguardente de cana. Estabelecimentos de fabricação de farinha de mandioca, lavras de ouro e moinho de moer trigo.⁹

Andre João Antonil afirma que a região de Jacobina funcionava como centro comercial por se destacar como local de recebimento de boiadas vindas “(...) desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Paranaguá e rio Preto. E, nos tempos de seca ficavam ali para descansar e ganhar peso”. Em tempos de seca, muitas boiadas vindas destes lugares foram vendidas nas Jacobinas e a outra metade permanecia por seis, sete ou até oito meses para engorda e depois eram enviados ao seu destino final, podendo ser o porto de Cachoeira ou a Cidade da Bahia.¹⁰

Erivaldo Fagundes Neves enfatiza que o vetor expansionista das fazendas de gados subiu de norte para sul, à margem direita do São Francisco, a partir de Jacobina e Morro do Chapéu.¹¹ O gado criado e recriado na região de Jacobina era o curraleiro. Segundo Neves, no Alto Sertão da Bahia, denominou-se o gado “crioulo” ou “curraleiro” de “pé-duro”, talvez

⁷ Candido da Costa e Silva, “Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia”. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 55-56.

⁸ Ver mais sobre o Censo de 1872 nos dados produzidos por Raphael Rodrigues Vieira Filho. Os negros de Jacobina (Bahia) no século XIX. p. 77.

⁹ Raphael Rodrigues Vieira Filho, “Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX” (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006), pp.240.

¹⁰ André João Antonil, “Cultura e opulência do Brasil”, Ed. III, Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Pág. 96.

¹¹ Erivaldo Fagundes Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”, Salvador, Universidade Federal da Bahia, pp. 306.

pela resistência que desenvolveu nas adversidades climáticas e precárias condições de forragem nas secas sazonais. Pouco ou nada se conhecia sobre técnicas de melhoria genética do gado na região, além do aprendizado empírico. Consideravam-se basicamente o porte físico das reses e a capacidade de lactação das vacas. (...) os bois mansos para o trabalho nos engenhos, entre 7 mil réis e 8 mil réis, enquanto em Jacobina oscilava entre dois mil e 500 réis e três mil réis.¹²

O couro era uma das principais matérias primas. Era utilizado na confecção de roupas para os vaqueiros, este que trabalhava no manejo do gado e diretamente com o bioma natural, a caatinga – conhecida por suas matas fechadas e árvores cheias de espinhos. Joana Medrado acrescenta que “era a roupa que deixava o vaqueiro preparado para a lide com o gado bravo na vegetação fechada e espinhenta que caracterizava os pastos do Sertão”.¹³ O comércio predominantemente nesse território era o pecuarista que segundo Jackson André da Silva Ferreira, “era um empreendimento que movimentava diversos profissionais, muitos dos quais qualificados em suas funções”.¹⁴

Sabendo desta dinâmica da população de Jacobina e região, optei por pesquisar como a seca interferiu no cotidiano desses sertanejos modificando suas vidas e possibilitando a construção de novas experiências. O espaço-temporal que utilizo para estudar as causas e consequências da seca, são as vilas de Morro do Chapéu, Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim) e a vila de Jacobina pertencentes a Comarca de Jacobina. A saber, que a Comarca era composta por 10 freguesias¹⁵ em 1860 descritas no mapa abaixo.

Mapa das Freguesias da Comarca de Jacobina em 1860

FREGUESIAS	CRIAÇÃO	PAROCOS
Santo Antônio da Vila de Jacobina	Em 1752	Theotonio Barbosa de Miranda

¹² Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”, p. 189.

¹³ Joana Medrado, “Vaqueiros e fazendeiros na comarca de Geremoabo - Bahia no final dos oitocentos: trabalho, dominação e resistência”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, 2012, pp. 161-181.

¹⁴ Jackson André da Silva Ferreira, “O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-BA no século XIX”, *Politeia: História e Sociedade*, v. 13, n. 1 (2013), pp. 133-164.

¹⁵ Compreende-se por Comarca o espaço territorial composto de um ou mais municípios administrados por um juiz ou mais juízes. Enquanto, freguesia, segundo Santos, era o recorte espacial atribuído à responsabilidade do pároco ou vigário, “a quem se confiava a cura d’almas” dos que residiam naquele local. Mais informações sobre Freguesia em: Santos, “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)”, p. 114.

Santo Antônio das Queimadas	Lei de 19 de maio de 1842	Domingos Jacomede d'Oliveira Barros
Nossa Senhora das Dores do Monte Alegre	Lei de 01 de junho de 1838	Manoel Nicolao Ferreira Leal
Nossa Senhora das Graças do Morro do Chapéu	Lei de 01 de junho de 1838	Joaquim Ignacio de Vasconcellos
Nossa Senhora da Saúde de Jacobina	Lei de 01 de junho de 1838	Paulino Sarapião d'Almeida Santos
Santo Antônio da Jacobina Velha	1682, pelo Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça	Caetano dos Santos Lima
Santíssimo Coração de Jesus do Riachão	Lei de 01 de junho de 1838	João Pedreira Lapa
Senhor do Bonfim da Vila Nova da Rainha	Alvará de 12 de dezembro de 1812	Luiz Correia Caldas Lima
Nossa Senhora da Conceição do Gavião	Lei de 31 de dezembro de 1857	Joaquim Gonçalves dos Santos
Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo	Lei de 31 de dezembro de 1857	Antonio Cerqueira Daltro Pinto

FONTE: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

A pesquisa está embasada em documentos que estão sediados no Arquivo Público da Bahia. Constituem-se de correspondências expedidas como cartas, ofícios de delegados, de juízes e padres, comissários dos socorros públicos e senhores de terras para poderem informar ao Presidente sobre a situação que ocorria na Província. Utilizo alguns processos crimes, processos civis que nesse caso, são os inventários de bens materiais. Os arquivos virtuais foram também de grande importância para a pesquisa, basicamente eles são os relatórios oficiais do governo apresentado a Assembleia Provincial da Bahia, estes, tratam de todos os assuntos de interesse público, como os socorros públicos, iluminação, educação, saúde,

economia entre outros.¹⁶ Inevitavelmente terei que ampliar o estudo para preencher algumas lacunas e visualizar quais eram as consequências da seca anterior ou posterior a 1857/1860.

Gonçalves admite que apesar de ter havido uma escassez de documentação sobre as secas anteriores ao século XIX, a forte estiagem de 1857/1861 produziu uma considerável documentação relacionada às suas consequências na Chapada Diamantina.¹⁷ Assim como, Erivaldo Fagundes Neves, afirma que foram geradas estatísticas elaboradas pelos párocos a pedido do governo da Província com base nas certidões de óbitos comprovando que muitas pessoas morreram de fome na denominada Serra Geral da Bahia. O autor também chama a atenção para os exageros contidos nas informações geradas para convencer o Imperador Pedro II a enviar recursos financeiros em socorro à província.¹⁸

A seca começava a ganhar notoriedade a partir do estado de calamidade em que se encontrava a Província. O grande fluxo de migração ajudou não só para a produção documental, mas também, segundo Gonçalves, a escassez, desânimo, fome e migração parecem caracterizar a paisagem, o presente e as expectativas futuras dos indivíduos do sertão. A estiagem provocou a escassez de alimentos e conseqüentemente a má alimentação da população que comia peixes e tomavam água contaminada causando doenças e até mesmo mortes. Neves reforça que a fome forçou a emigração em massa para os cafezais paulistas à procura de trabalho, ou emergencialmente para o rio São Francisco e litoral na esperança de socorrer-se com peixes supostamente abundantes e acessíveis.

Na freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina (hoje região da cidade de Campo Formoso), pertencente ao município de Vila Nova da Rainha, não havia mais milho nem feijão, e o pouco da farinha de mandioca que aparecia, alcançava altos preços “que apenas chega para uma ou outra pessoa a comprar: já tendo até morrido pessoas de fome”, pois a alimentação destes reduziu-se ao bró, espécie de massa retirada do caule das folhas do ouricorizeiro, cuja ingestão provoca inchaços e até a morte dos mais debilitados pela falta de alimentação adequada.

As migrações de sertanejos pelo interior baiano, em direção a outras províncias (Sergipe, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais), ou à cidade de Salvador e Recôncavo, provocaram comoção e desregularizaram o cotidiano do sertão em proporções até então nunca

¹⁶ Esses arquivos virtuais estão hospedados no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil, intitulados Relatórios de Trabalhos do Conselho Interino do Governo e disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>

¹⁷ Graciela Rodrigues Gonçalves. “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000), pp. 169.

¹⁸ Erivaldo Fagundes Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, *Afro-Ásia*, n.19-20 (1997). pp.239-250.

registradas. No sertão da Ressaca a situação era mais grave que em outras regiões da província da Bahia. Isto se evidencia na declaração do juiz da comarca sobre o termo de Santo Antônio da Barra. Desesperadas, muitas pessoas submetiam-se a situações degradantes, em troca da alimentação minimamente necessária para manterem-se vivas. Segundo Renata Ferreira Oliveira, em 1899, houve uma grande seca e vários índios que ainda resistiam à guerra contra o coronel José Gonçalves foram vencidos pela fome e atraídos pela comida que as pessoas ofereciam.¹⁹

Além disso, a carestia, principalmente da carne e da farinha, principais fontes de alimento para a população, contribuiu para a escassez alimentícia e gerou reivindicações da população que vivia em Salvador. Foi publicada uma postura da Câmara Municipal de 12 de janeiro de 1857, que estabelecia que a farinha de mandioca fosse doravante vendida apenas em tuínas instaladas em determinados locais da cidade, e principalmente no Celeiro Público. (...) Com a medida, a Câmara pretendia controlar melhor o preço do produto, que andava nas alturas, em parte devido às atividades de atravessadores e monopolistas.

O impacto produzido pela seca está presente em todas as fontes e também na bibliografia mostrando a calamidade e relação de caridade entre as pessoas. Em contrapartida, os testemunhos escritos nesses documentos colocam o sertanejo como invasor, na maioria das vezes em espaços indesejados modificando seus costumes, sua moral, tradições e o seu caráter perante a sociedade urbana civilizada.

Este trabalho está dividido em três capítulos e tem como base teórica a reflexão sobre o paternalismo nos estudos de Edward Thompson. O primeiro capítulo, chamado de “Secas: olhares sobre as secas na Província da Bahia”, tem por objetivo analisar como os grandes proprietários de terras e o presidente da Província da Bahia reagiram as várias secas e as necessidades dos sertanejos durante esses períodos.

A abordagem sobre a estiagem perpassa pelas narrativas dos viajantes e pelas correspondências sobre notícias das secas que ocorreram desde 1533 e que não eram visualizadas enquanto fenômeno social que prejudicava os moradores da Bahia. A seca, na visão dos poderosos, resumia-se em episódios extemporâneos que prejudicava o abastecimento alimentício de Salvador. Pesquisadores afirmaram que o fenômeno só passou a ser motivo de preocupação e intervenção social a partir do século XIX. A seca de 1860 foi a primeira a ser visibilizada pelo governo provincial e também imperial, pois abrangeu não só

¹⁹ Renata Ferreira de Oliveira, “Índios Paneleiros no Planalto da Conquista: Do massacre e o (Quase) extermínio aos dias atuais” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2012), pp. 132.

as províncias do Norte, mas todas as outras da Bahia. Conhecida como a seca de 60, obrigou o poder provincial a interferir no cotidiano dos sertanejos.

No segundo capítulo, “Enquanto o socorro não vem: entre estratégias de convivência com a seca e as reivindicações dos sertanejos”, busquei abordar como os munícipes de Morro do Chapéu, Vila Nova da Rainha e Jacobina, usou de estratégias para reivindicar os socorros públicos para essa região e ao mesmo tempo conviver com a seca. Na vila de Santo Antônio da Jacobina não tinha mais milho nem feijão e a farinha de mandioca estava a preços escandalosos, poucas pessoas podiam adquirir. A população de Vila da Rainha estava comendo a massa derivado do ouricurizeiro. Os gêneros alimentícios chegavam através de burros de cargas, sob fretes caros vindos da vila de Cachoeira.

A estiagem causou a mendicância de homens e mulheres, crianças e idosos pedindo esmolas de porta em porta aos residentes que também não tinham o que ofertar. Diante de tal calamidade, os vereadores se viam incumbidos de cobrar recursos aos poderes públicos, como alimentos e reforma das estradas para acesso as vilas e melhoramento da comunicação. A difícil comunicação entre os sertões e a capital obrigaram as autoridades municipais a tomar emprestado dinheiro de negociantes de praça para comprar alimentos. A seca obrigou os grandes fazendeiros a escreverem abaixo-assinado para reivindicar os socorros públicos para a população por medo da revolta que a falta de alimentos poderia causar. O coronel Quintino Soares da Rocha foi o primeiro a encabeçar o documento.

Procurou mostrar que a seca também foi motivo para disputa de terras, principalmente as que eram férteis de aguadas e tanques. Elas geraram processos judiciais e invasões de terras desabitadas e também das que já tinham donos. As notícias da chegada da chuva nos sertões, chegaram aos ouvidos do presidente, controvérsias, alertando que alguns lugares choveram e em outros continuavam na penúria. A chuva amenizou a seca, mas ainda continuava a assolar a região por meio de suas consequências fazendo com que os poderes públicos continuassem com a política de assistência, além disso, os alagamentos, as enchentes causadas pelas chuvas prejudicaram os sertanejos. Por um lado, a chuva destruiu algumas plantações e estradas e ao mesmo tempo trazia o sertanejo à sua terra natal restaurando a esperança de novas experiências.

No último capítulo, “Socorros Públicos: as políticas do governo no combate à seca”, discutir as principais ações implementadas pelo governo no intuito de entender um pouco da primeira tentativa de combate à seca. Nesta parte da pesquisa procuro identificar a linha tênue

entre a esmola/caridade privada e a pública, a formação das comissões de socorros públicos e a migração legal, além de verificar as ideias sobre ações para combater a seca.

CAPÍTULO I

SECAS:

Olhares sobre as secas na Província da Bahia

Os sertões²⁰ são complexos e diversos. Erivaldo Fagundes Neves afirma que o conceito de sertão tem significado polissêmico e se revela desde a categoria geográfica até a econômica, generalizando-se para uma vasta área do interior brasileiro, como expressão da pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, (...) caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, espécies produzidas, bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais.²¹

Primeiramente, os sertões ficaram conhecidos como o lugar distante do litoral e que fazia oposição a ele. O avanço do povoamento sobre o interior deu uma nova alteridade entre o litoral e o sertão. Segundo Neves, como um jogo de espelhos, o sertão se caracterizava como a terra do outro, do índio, caboclo, vaqueiro, tropeiro, boiadeiro e agricultor refletia seu “[...] principal referente”. O litoral foi o território do poder, e também era o da força propulsora do desenvolvimento e do padrão cultural, embora segundo o autor, no imaginário sertanejo essa inversão de valores não tivesse a mesma intensidade da projeção litorânea.²² O homem que habitava essa região adaptou-se as condições do seu ambiente, utilizava-se de benefícios proporcionados pela vegetação, além de usar o couro do gado para se proteger dos espinhos de árvores típicas da caatinga. Entretanto, esses costumes produziram, na visão do outro, uma série de estereótipos sobre o sertanejo e sua cultura que passaram a ser designados de forma pejorativa, como indivíduos incivilizados, rudes, estranhos e sem educação.

As descrições sobre as secas feitas pelos diversos visitantes que passaram pelo interior da Província caracterizavam a paisagem, o presente e as expectativas futuras dos indivíduos do sertão.²³ Esses fatores contribuíram para construir uma imagem pitoresca e equivocada dos sertões no imaginário brasileiro que perdura até os dias atuais. Esses viajantes deixaram para Salvador e seus respectivos países de origem, uma visão grotesca onde os habitantes dos sertões eram incivilizados e sofredores de grandes calamidades. Os sertões foram e ainda são, vistos como o espaço das secas, fenômeno sempre associado a fome e à

²⁰ Utilizarei a palavra sertão no plural, pois, existem pluralidade e dinamismo nos sertões.

²¹ Erivaldo Fagundes Neves, “O sertão como recorte espacial e como imaginário cultural”, In: *Politéia: História e sociedade*, v. 3, n.1(2003). pp. 153-162.

²² Neves, “O sertão como recorte espacial e como imaginário cultural”, p. 155.

²³ Gonçalves. “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 40.

miséria.²⁴ Este capítulo tem por objetivo analisar como o governo provincial, imperial e os grandes fazendeiros da Bahia reagiram às várias secas e as necessidades dos sertanejos durante estes períodos.

A (In) visibilidade sertaneja

Ao pesquisar sobre as secas nos sertões da Bahia, observei que estas são um fenômeno com duas faces – o natural e o social. Ela é dinâmica e até hoje muitos não conseguiram administrá-la. Sempre que os homens se depararam com as estiagens tiveram dificuldades em alimentar os animais e até mesmo conviver com a escassez. Núbia Oliveira Almeida e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto classificaram os tipos de seca existentes no Nordeste como secas permanentes, contingentes, sazonais e invisíveis.²⁵ Não pretendo discutir os termos climáticos, mas essa demarcação ajudará a entender quais foram os tipos de secas que as populações sertanejas enfrentaram no século XIX.

As secas permanentes são as que ocorrem e caracterizam os desertos. Enquanto as sazonais têm um período anual de ocorrência. As contingentes são aquelas que a chuva deixa de cair em um período curto de tempo dentro da estação chuvosa. A seca invisível pode ocorrer dentro da estação considerada úmida, isto é, as chuvas acontecem, mas abaixo das necessidades das plantas.²⁶

Ciclicamente ocorrem estiagens prolongadas, terríveis para as policulturas agrícolas. Quando esse fenômeno reincide em anos consecutivos seus efeitos são calamitosos para os pequenos produtores autônomos e principalmente para os carentes de meios para produzir a subsistência, pelas consequências do desemprego e desabastecimento generalizados. Há ciclos de cinco anos, com intervalos aproximados de três decênios – registraram-se na transição do século XVIII para o século XIX e nas décadas de 1830, 1860 e 1890, repetindo com

²⁴ Apesar de retratada e conhecida, digamos, “por ouvir dizer”, somente no século XIX a seca mereceu atenção dos poderes governamentais.

²⁵ Núbia Oliveira Almeida e Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, “Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado, Bahia”. *Revista Geonorte*, v.2, n.5 (2012), Edição Especial 2, p.1133 – 1145.

²⁶ Almeida e Pinto, “Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado, Bahia”, p. 1134.

pequenas variações no século XX – e outros de menor intensidade, dois ou três anos, estes com maior frequência.²⁷

As secas ocorridas nos sertões da Bahia, que é constituído pelo clima semiárido, são caracterizadas pelo tipo sazonal, incluindo a de 1857/1861 que será analisada nos capítulos posteriores.

As secas entre os séculos XVI ao XVIII são pouco conhecidas havendo poucos estudos sobre elas. Segundo Graciela Rodrigues Gonçalves, os primeiros registros das secas na Bahia foram feitos em 1533 pelo Padre Aspiculeta Navarro. Outras referências imprecisas são de 1559 e 1564. No ano de 1583, a seca prejudicou as plantações de cana, de mandioca e a moagem nos engenhos. Nas secas de 1592, 1652, 1690/1692, populações indígenas deslocaram-se em direção a áreas menos afetadas pela estiagem.²⁸

Gonçalves expõe que as secas “caracterizava o ritmo do sertão baiano” e que os escritos produzidos sobre a estiagem mostravam a preocupação do governo colonial apenas com a perda da lavoura e deixavam de lado os demais problemas, como, por exemplo, a migração em massa dos sertanejos. Cartas enviadas ao Senado da Câmara de Salvador em 1694, relatam como a “rigorosa seca que exterilizava todos os sertões que sem agoa senão pode passar, impedindo-lhe totalmente a jornada do salitre” (sic). No ano de 1700, as Cartas do Senado anotam a falta de gados, impedidos de chegar ao litoral por causa da seca, refletindo também sobre a farinha de mandioca. Em 1703, as cartas registram “falta de carnes em razão de huma notável Seca que tem havido nos Certões donde vem os gados”.²⁹

No decorrer dos séculos, várias secas foram vivenciadas pelos sertanejos. Mas, a estiagem permanecia invisível diante do governo provincial. As secas mais graves do século XVIII foram as de 1776/1778 e 1790/1793, que atingiu todas as capitanias do Norte, inclusive o Piauí e a Bahia, exterminando grande parte do rebanho e obrigando a migração de populações para a região de taboleiro e litoral.³⁰ A seca não atingia somente o norte do Brasil, mas também, capitanias do centro sul. Segundo, Afrânio Mário Simões Filho, pesquisador da

²⁷ Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, pp. 239-250.

²⁸ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pp. 12-13.

²⁹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pp. 12-13

³⁰ Gonçalves, et al, Bahia - Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social. A seca na Bahia: o modelo de intervenção do Estado. Salvador: SETRABES; CODESCO, 1985, p. 23-24; SALVADOR, Prefeitura Municipal. Arquivo Municipal. Cartas do Senado: 1693-1698. 4º volume. Salvador, [s.d.], p. 51, Idem, Cartas do Senado: 1699-1710. 5º volume. Salvador, [s, d.], p. 20-21, 153; SILVA, Ignacio Accioly de Cerqueira e, AMARAL, Braz do. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. II. Página 13.

política de abastecimento no período de 1785 a 1866, analisando um documento emitido pelo vice-rei, em fevereiro de 1792, que solicitou ao governador da capitania da Bahia, D. Fernando José de Portugal, porções da farinha de mandioca para prover o Rio de Janeiro, pois, passava por uma estiagem que havia “secado os rios, e embaraçado os transportes de algumas porções deste gênero”.³¹

Segundo Antônio Otaviano Vieira Junior, no Ceará, a seca de 1790/1793 ficou conhecida como “A Seca Grande”, por destruir lavouras causando mortes dos gados e de muitos cearenses. As narrativas associadas à “Seca Grande” corroboram o cenário de tragédia que sucede a escassez de chuvas.³² Uma “seca extraordinária” havia provocado grande “falta de farinha de pau” na capitania do Pernambuco, levando a uma crise alimentar gravíssima, em março de 1793, forçando o governo a procurar ajuda à Bahia. A seca causou alta mortalidade na região e a Bahia teve que socorrer os flagelados com remessas extraordinárias de farinha.³³ O autor acrescenta que a alimentação da população não era a prioridade, mas também não era esquecida, já que a falta de gêneros, principalmente a base alimentar que era a farinha de mandioca, poderia gerar revoltas não só entre os populares, mas também nas tropas militares.

Um dos primeiros escritos sobre as secas na Província da Bahia surgiu nas publicações dos naturalistas austríacos Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius. Em uma viagem pelo interior do Brasil, Spix e Martius passaram pelos sertões baianos e observaram que a seca era um problema apenas do sertanejo que convivia com a estiagem.³⁴ As secas estavam restritas ao semiárido, manifestando-se apenas nos sertões.³⁵ Ela só se denunciava quando havia problemas com a descida do gado para alimentar a população do litoral. Houve estiagens que causaram grandes repercussões em todo Império. Os relatos desses viajantes descreviam toda a paisagem da Província da Bahia e como a seca estava afetando as populações dos sertões. Segundo Gonçalves, quando Spix e Martius passaram em

³¹ Afrânio Mário Simões Filho, “Política de Abastecimento na Economia Mercantil: O Celeiro Público da Bahia (1785 – 1866)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2011). p. 44.

³² Antônio Otaviano Vieira Junior, “O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)”. (Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 2002.)USP/CEDHAL – UFPA, p. 03.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Vieira_texto.pdf> acessado em 13/07/2016.

³³ Simões Filho, “Política de Abastecimento na Economia Mercantil: O Celeiro Público da Bahia (1785 – 1866)”. pp. 44-45.

³⁴ Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, “Viagem pelo Brasil: 1817-1820”. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 2, pp. 58-134.

³⁵ A seca não era apenas exclusividade do Nordeste ou dos sertões. Em um pequeno artigo da Revista de História da Biblioteca Nacional do Brasil, é apresentada uma crise hídrica causada pela estiagem e as altas temperaturas no ano de 1889 na cidade do Rio de Janeiro, levando grandes consequências à população, pois, esta causou muitas doenças, principalmente a febre amarela. Artigo disponível em: <http://rhbn.com.br/secao/artigos/quando-imperio-morreu-de-sede> acessado em 16/07/2015.

Caetité e pediram ajuda alimentícia, se depararam com a falta de milho em uma das maiores fazendas daquela região.

Foi nessas críticas condições que chegamos à Fazenda da Lagoa de Nossa Senhora da Ajuda, onde esperávamos ser socorridos, porque essa é uma das maiores propriedades do sertão; mas justamente esse grande núcleo de povoação de mais de cento e sessenta escravos opôs-se ao nosso desejo. Afirmaram que eles mesmos sofriam da carência de milho, e só a grande custo conseguimos comprar a necessária provisão de negros, que cultivavam suas pequenas roças, nos dias de liberdade. Os donos de tão grandes fazendas raramente residem no sertão.³⁶

Quanto mais os viajantes se distanciavam do Rio São Francisco, mais dificuldades encontravam por conta da seca. Para Gonçalves, ela criava “um jogo de forças recorrente” disputado entre os sertanejos e a paisagem dos sertões. Enquanto a população estocava seus alimentos, “economizava a água e criava estratégias de sobrevivência”, o cenário tornava-se uma “vegetação retraída ao cinza, em hibernação”.³⁷ Nesse jogo, ficava difícil saber quem ganhava. No entanto, ainda segundo Gonçalves, em Vila Nova da Rainha, área de passagem de boiadas vindas do Piauí em direção a Salvador, afirmou que a população pobre que ainda residia na povoação, penava com a destruição dos rebanhos e lavouras, para não perecerem de fome e sede, muitos dos habitantes abastardos se mudaram para a região do Rio São Francisco.³⁸

A viagem dos naturalistas demonstrou o que já discutir no início deste capítulo, a diversidade dos sertões e como a seca atingia cada vila pelas quais eles passaram. As vilas mais próximas dos rios sofriam em menor porcentagem os efeitos das chuvas; “A proximidade da fértil e estreita fronteira do rio São Francisco trouxe novo ânimo aos cansados naturalistas, cujas pesquisas já não ocupavam a primazia de suas preocupações, mas a necessidade de encontrar água e de uma outra paisagem que lhes trouxesse algum alento”.³⁹ Mesmo com essa oposição entre as paisagens próximas e distantes do rio, não significava que a população ribeirinha não sofresse com a fome e a pobreza.

³⁶ Spix e Martius, “Viagem pelo Brasil: 1817-1820”, p. 15.

³⁷ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 15.

³⁸ Antônio de Seixas Portela, (1807-1808), Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Judiciária, *Inventários e Testamentos*, classificação 04/1771/2241/07, fl. 27. (Citação feita por Gonçalves, p. 21).

³⁹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 21.

A presença da seca na Província da Bahia começa a ser visibilizada a partir dos relatos desses viajantes, “revelando aspectos inerentes à paisagem, ao ambiente cotidiano de seus habitantes, os mecanismos de sobrevivência, o real perigo de atravessar o sertão, principalmente para quem não é da terra e não está acostumado aos mecanismos de sobrevivência diante da quase esterilidade da natureza, incapaz de se renovar e concentrada em sua auto-preservação”.⁴⁰

Até então, não havia uma interferência do estado provincial ou imperial durante os períodos de secas para ajudar os sertanejos. Para Gonçalves, havia um equilíbrio entre a presença da seca, suas consequências e as necessidades da população que não fazia apelo à caridade privada e de autoridades públicas, estranhos aos locais de ocorrência da seca, ou seja, o sertanejo sobrevivia como podia, invisível aos olhos das autoridades, até então, não havia uma demanda migratória notável para áreas longínquas ou fora do espaço do sertão em busca de trabalho.⁴¹

As secas tornam-se visíveis

Em 1849, José Antônio Saraiva foi nomeado como Juiz Municipal de Órfão da vila de Jacobina. Este escreveu com grande alarme sobre a seca na vila: “Em verdade que a sêcca é extraordinária, principalmente em Jacobina, onde a farinha vende-se já a 8\$ a quarta, mas pretendo fazer a viagem sem supportar muito o sol ardente, e com todas as cautelas necessárias”. (...) “A sêcca é extraordinária... Já se pôde dizer que morrem pessoas de fome. Tive a infelicidade de ser nomeado, e vir em tal tempo.”⁴² Em 1840, o governo imperial tomou as primeiras medidas na formalização de leis para a concessão de recursos financeiros às províncias que sofriam com a calamidade das secas. As províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba receberam benefícios derivados dessas leis, durante os anos de 1846, 1847

⁴⁰ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 23.

⁴¹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pp. 24-25

⁴² Cartas de José Antônio Saraiva a seu avô materno, o Brigadeiro Henrique Pinto de Madureira; respectivamente em 14 e 23 de janeiro e 19 de fevereiro de 1849. Ver Wanderley Pinho, “Política e políticos no império: contribuições documentais”. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930. Gonçalves, p. 42.

e 1848.⁴³ Mas, na Bahia, a ocorrência das secas não proporcionava muitos debates entre as autoridades provinciais.

A seca resumia-se a episódios de ocorrência extemporânea a prejudicar o abastecimento, tanto pelas boiadas que não conseguiam atravessar um sertão esgotado de recursos para o sustento do gado, propiciando a atuação de intermediários que inflacionavam ainda mais o preço da carne, quanto pela farinha de mandioca, produzida nas comarcas do sul e desviadas as províncias do norte, oferecida a um preço mais elevado que o do Celeiro Público de Salvador, dando margem também à atuação de intermediários.

Segundo Roberto Marinho Alves da Silva, as secas na região semiárida só passaram a ser consideradas como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a inserção da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina.⁴⁴ Entretanto, outros estudos sobre a região indicam que a preocupação com a seca no cotidiano dos sertanejos só foi reconhecida pelo governo provincial em meados do século XIX, no caso exclusivo da Província baiana. Almeida e Pinto destacam que a historiografia das secas ocorridas na região Nordeste teve seu primeiro registro no século XVI, mas só a partir do século XIX, através das comissões enviadas pelo Império,⁴⁵ começaram os estudos sobre a temática com o objetivo de conter os impactos advindos desse fenômeno.⁴⁶ Porém, durante o século XIX, as comissões montadas foram apenas para auxiliar o governo na distribuição de alimentos e recursos necessários à sobrevivência. Somente no século XX, com a implantação do Ministério de Obras contra as Secas, a seca começou a ser objeto de estudo e pesquisas com o intuito de encontrar soluções duráveis para o problema.

A seca de 1857/61, foco do presente estudo, desembocou uma crise de abastecimento extensa, ficando conhecida como a Fome de 60. Diferentemente das anteriores, esta abrangeu toda a Província da Bahia e não apenas a parte norte. A população sertaneja era constituída por grandes e pequenos fazendeiros, escravos, livres e libertos, todos em diferentes intensidades sofreram com a forte estiagem. Durante esses anos, a população ficou sujeita a

⁴³ Gonçalves apud Pinto de Aguiar, “Nordeste: o drama das secas”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 5556. O autor apresenta um panorama sobre a legislação relacionado à seca, desde o século XIX. Gonçalves, p. 31.

⁴⁴ Roberto Marinho Alves da Silva, “Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática”, *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, n° 3 (2007), p. 467.

⁴⁵ Destaco que as comissões feitas e articuladas na seca de 1857/1861 foram decididas e orquestradas pelo governo provincial baiano para gerenciar a distribuição de comida para a multidão de famintos.

⁴⁶ Almeida e Pinto, “Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado, Bahia”, p.1135.

grandes dificuldades que levaram à migração, mortes, escassez de alimentos, doenças e desemprego.

A seca obrigava os sertanejos a migrarem para outras regiões como a do Rio São Francisco, Recôncavo e até mesmo para outras Províncias. Segundo Neves, no Sertão da Ressaca, atual região de Vitória da Conquista, a escassez de alimentos causou a morte de muitos índios.⁴⁷ Em Salvador, a seca provocou a carestia da farinha e da carne verde, principal base alimentar da população baiana. A carestia destes gêneros aliado a especulação de comerciantes e atravessadores, e a noção de preço justo e concepções ligadas ao paternalismo thompsiniano, provocou um motim conhecido como Carne sem Osso e Farinha sem Carço.⁴⁸ Em 12 de janeiro de 1857, foi publicada uma postura da Câmara Municipal estabelecendo que a farinha de mandioca fosse doravante vendida apenas em tuínas instaladas em determinados locais da cidade de Salvador e, principalmente no Celeiro Público. (...) com a medida, a Câmara pretendia controlar melhor o preço do produto, que andava nas alturas, em parte devido às atividades de atravessadores e monopolistas.⁴⁹

Além da carestia dos alimentos, em um dos relatórios elaborados pelo governo provincial em 1860, foi destacado com grande alvoroço que a seca parecia permanente e que não havia até então, ocorrido tamanho flagelo na Província.⁵⁰

(...) quer quanto ao tempo de sua duração, e quer quanto aos resultados funestos que a produziu, depois de ter comprometido gravemente os interesses da grande lavoura de canas, d'envolta com os do comércio, que com ela vive entrelaçado, fez sentir tão bem seus estragos a pequena lavoura de cereais e as fazendas de criação, internando-se e generalizando-se nos sertões, onde o mal tomou proporções mais aterradoras pela extrema carestia, pelo excessivo preço a que chegarão os gêneros alimentícios, por se ter consumido logo a pouca produção dos anos anteriores, ser insuficiente a dos lugares mais próximos, e, sobretudo, pela

⁴⁷ Ver também sobre esse assunto: Oliveira, “Índios Paneleiros no Planalto da Conquista: Do massacre e o (Quase) extermínio aos dias atuais”, p. 132.

⁴⁸ João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, *Revista de História da USP*, nº 135 (1996), pp. 133-159.

⁴⁹ Reis e Aguiar, “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, p. 136.

⁵⁰ Caro leitor, a partir desse capítulo, todos os textos retirados dos documentos analisados serão atualizados para a ortografia atual. Mas, manterei fielmente os pontos parágrafos, finais e vírgulas em seus lugares. Exceto para aqueles que foram retirados de teses ou dissertações.

imensa dificuldade de transportar-se e conduzir-se de pontos mais longínquos o que em seus mercados superabundava, e que naqueles outros tanto faltava.⁵¹

A falta de alimentação, os saques, a migração e a “pressão popular,”⁵² em toda a Província obrigou o governo a investir em ações para combater a seca. No Sertão da Ressaca a situação era ainda mais grave que em outras regiões da Província da Bahia. Isto se evidencia na declaração do juiz da comarca sobre o termo de Santo Antônio da Barra. Desesperadas, muitas pessoas submetiam-se a situações degradantes, apenas pela alimentação minimamente necessária para manterem-se vivas.⁵³

Segundo Neves, a situação era tão calamitosa que muitos sertanejos se prestaram a uma espécie de contrato de trabalho para conseguir alimentos. Esses contratos eram registrados em cartório e tratava-se de uma espécie de prestação de serviços, "venda" de mão de obra para fazendeiros em troca de comida.⁵⁴ O autor ainda questiona em seu texto se esse tipo de contrato não seria uma escravidão disfarçada. Além dessa estratégia, o desespero e o medo da fome faziam com que se formassem grupos para saquear as vilas em busca de alimentação e água.⁵⁵

Para Neves, a fome forçou a emigração em massa para os cafezais paulistas à procura de trabalho, ou emergencialmente para o rio São Francisco e litoral na esperança de socorrer-se com peixes supostamente abundantes e acessíveis.⁵⁶ Anos mais tarde, em Vitória da Conquista, em 1899, segundo Renata Ferreira de Oliveira, houve uma grande seca e vários índios que ainda resistiam à guerra contra o coronel José Gonçalves foram vencidos pela fome e atraídos pela comida que as pessoas ofereciam.⁵⁷

⁵¹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁵² Nesse momento de 1860, a pressão sofrida pelo governo não era necessariamente da população mais carente, mas sim, de uma parte mais abastarda que se via acuada por famintos e necessitados. Já que eles eram de certa forma, o modo menos difícil para que o sertanejo pudesse suplicar a ajuda do governo, por meio de seus contatos políticos e sua letração, pois a maior parte da população não tinha acesso à escola.

⁵³ Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalhos sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, p. 240.

⁵⁴ Ver mais sobre contratos de trabalhos em: Erivaldo Fagundes Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalhos sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, *Afro-Ásia* (1997), pp. 239-250.

⁵⁵ Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalhos sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, pp. 239-250.

⁵⁶ Neves, “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalhos sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, p. 239.

⁵⁷ Oliveira, “Índios Paneleiros no Planalto da Conquista: Do massacre e o (Quase) extermínio aos dias atuais”, p. 132.

Um ofício de Manuel Fulgêncio de Azevedo, juiz municipal substituto da Vila de Xique Xique, datado de 1860,⁵⁸ apelando para o patriotismo, demonstrava o quanto a estiagem já influenciava a migração e a falta de alimentos no interior.

A vista do pavoroso quadro de distribuição que apresenta o infeliz Termo desta Vila, motivada pela mais horrível seca de que se tem notícia, não posso Ex. Senhor, p[or] quanto tempo impossível sem que em nome de tantos desvalidos que trazidos pela fome percorre as ruas desta vila sem achar o menor socorro, situação que mais se agrava de dia em dia pelas numerosas bandas de imigrados das Serras do [Assurá] e mais lugares centrais do Termo e de outras Vilas muito dos quais a fome e sede parecem em caminho outro parece depois; peço um socorro ao governo que quando não mitigue ao mesmo minore a sorte desses infelizes, que como Brasileiros ter não se credores da compaixão do governo de S. M. I. que tão solícito se mostra em benefício do povo (...)⁵⁹

Nesse ofício de Xique Xique, Manuel Fulgêncio de Azevedo procurou sensibilizar a Província, apelando para o nacionalismo, cobrando um posicionamento concreto do governo para com o povo. As súplicas que chegaram de várias comarcas da Província fizeram com que a principal ação pública implantada para ajudar a população fosse a criação de Comissões de Socorros Públicos para organizar e distribuir os gêneros alimentícios custeados pelo governo. A sugestão foi feita pelo juiz de direito de Rio de Contas e a proposta foi aceita em 27 de janeiro de 1860.

Segundo Gonçalves, o Presidente da Província formou uma Comissão Central com sede Salvador, composta em sua maioria por negociantes dessa praça para tentar atenuar a situação dos sertanejos.⁶⁰ As comissões seguiam critérios de organização, entre eles, a região geográfica, as relações políticas e socioeconômicas. Todos esses aspectos eram para facilitar a comunicação, o transporte de alimentos e medicamentos e para que o frete não fosse tão caro. Só em novembro de 1860 foi formada as demais comissões locais nas comarcas da Província, os participantes desses encargos eram pessoas ricas, como coronéis, juízes municipais, barões,

⁵⁸ Saliento que, não só a vila de Lençóis, Salvador, Recôncavo ou outras províncias receberam migrantes, mas, também as vilas que estavam localizadas no norte da Bahia.

⁵⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁶⁰ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 43.

entre outros. Em cada local que tinha uma comissão, essa era responsável por outros espaços e tinham que repassar gêneros alimentícios, roupas e medicamentos mandados pelo governo.⁶¹

Segundo o Barão de São Lourenço, era “de absoluta necessi(da)de ter indivíduos responsáveis e de conceito encarregados de tomarem com prontidão as medidas reclamadas pelo estado crescente da miséria pública nos sertões do Norte e Sul da Província”.⁶² Esse documento expõe os jogos de poderes entre algumas Comarcas e o governo provincial, o próprio Barão indica no mesmo ofício os nomes das pessoas mais propícias e responsáveis para assumir o controle das comissões em cada Comarca ou vila. Para a Comarca de Jacobina foi escolhido para presidir tal comissão, o Major Ezequiel Rodrigues Costa do Brazil.

Suponho que as comissões foram formadas por conta das cobranças feitas através das autoridades locais, sendo esses em sua maioria fazendeiros e proprietários de médio porte. Eles exigiam maior ação do governo provincial e do próprio Imperador, afinal, eram seus súditos. Assim, os governos foram obrigados a agir sob pena de enfrentar problemas ainda maiores, com motins por toda Província.

Frederico de Castro Neves afirma que “a presença do próprio imperador nesse movimento deslocara seus significados, desviando a ênfase, que sempre recaiu na “caridade particular”, para a necessidade de “auxílio do governo”. (...) Dessa forma, seja como for, a proteção aos pobres em tempos difíceis, conectada aos laços pessoais de reciprocidade que perpassavam tanto a sociedade quanto o Estado, não tinha como, dadas as “proporções de espantosa calamidade”, permanecer circunscrita à esfera privada.⁶³ A partir do momento que as cobranças começaram a chegar ao governo e a própria estiagem começou a atingir toda a província, inclusive no fornecimento de gêneros e a chegada de migrantes a Salvador, o governo se viu pressionado a intervir e ajudar as Comarcas. “Tratava-se de um esforço de relembrar o quanto eram importantes atitudes e práticas ‘paternais’ por parte do governo provincial na manutenção e reprodução das relações sociais existentes, reforçando o exercício da caridade nessas localidades.”⁶⁴

Os governos agiram de diferentes formas. Foram feitas várias concessões de créditos para auxiliar as províncias durante os tempos de calamidade pública, colocando em vigor o socorro público e a esmola respaldada por decretos aprovados pelo Imperador D. Pedro II. A esmola torna-se um dever do Estado e não mais uma ação cristã, de caridade e solidariedade

⁶¹ Tratarei com maiores detalhes das Comissões de Socorros Públicos no capítulo III.

⁶² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁶³ Frederico de Castro Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, *Projeto História*, v.27 (2003), pp. 167-189.

⁶⁴ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 44.

privada passando a ser um socorro, visto como um direito pela população sofredora.⁶⁵ A esmola passou a ser o elemento central da ajuda do governo e sob os padrões paternalistas, disposto em lei pelo Decreto nº 2.884 de 1º de fevereiro de 1862, onde os socorros só deveriam ser feitos através de gêneros alimentícios, medicamentos, roupas e nunca em dinheiro.⁶⁶ Mesmo assim, verifiquei que havia vários registros de doações em réis de iniciativas individuais e de outras Províncias para ajudar a Bahia.

Os socorros que o Governo Imperial, auxiliado pela caridade pública, proporciona á aqueles desafortunados, consistem em gêneros alimentícios de primeira necessidade, comprados aqui, e para ali remetidos, ou em dinheiro enviado para serem comprados nos lugares, onde sejam mais baratos, e de onde o seu transporte, e condução sejam mais suaves e mais rápidos, e em medicamentos para o conveniente tratamento dos doentes, e em roupas para os que dela necessitam.⁶⁷

Esses donativos não conseguiram deter o fluxo de emigrações que estava ocorrendo nas regiões afetadas pela estiagem. Em 01 de março de 1861, o presidente da Província Antônio da Costa Pinto.⁶⁸

Informou que

(...) ocorreram deslocções de grandes grupos, populações inteiras de seus antigos lares, em demanda d'outros sítios, em que esperam achar qualquer socorro: aqui, são famílias errantes, que instintivamente se internam nos fundos das matas em procura de caça, ou de raízes e frutas desconhecidas, cujas substâncias, insuficientes ou perniciosas, as distraem, por momentos, do maior estímulo da fome, ou lhes estraga ainda mais a saúde, para depois recaírem na mesma, ou maior prostração, ou falecerem torturadas pela miséria e doenças: acolá, são pais

⁶⁵ Ver mais sobre esmola como direito ou dever, caridade do estado em: Frederico Castro Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, *Projeto História*, v.27 (2003), pp. 167-189.

⁶⁶ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 170.

⁶⁷ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605, p. 27. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁶⁸ Presidente da Província em meados do ano 1860.

ou mães inanidos com os filhinhos sobre as costas, mal podendo conduzi-los, implorando nas estradas ou nas ruas a alimentação, de que tanto necessitam.⁶⁹

Gonçalves pontua que as classes subalternas migravam de um lado a outro, morrendo de inanição, sem fixo, nem vínculos sólidos como a terra em que trabalhavam, e sob a tênue expectativa de retornar após a chegada das chuvas.⁷⁰ A única saída para as adversidades causadas pela seca era à chuva. Em vários relatos, achavam-se notícias de chuvas no sertão e isso fazia renascer a esperança de voltar a plantar, a colher e o mais importante, regressar para a sua terra. Mas a escassez de alimentos e a carestia, tanto dos gêneros quanto do frete continuavam fazendo o sertanejo pensar.

As notícias que surgiam sobre a situação das comarcas do sertão eram confusas e contraditórias, não se sabia qual era o real estado da população sertaneja. O ex-presidente da Província da Bahia, Herculano Ferreira Penna, utilizou alguns ofícios de comarcas para atualizar as informações ao atual presidente Antônio da Costa Pinto, um dos ofícios foi do cidadão Aristides Ferraz Moreira, 2º Suplente do Delegado de Polícia do Termo de Lençóis alertando sobre as informações contrárias. Segundo ele, “nem se pode calcular qual será o paradeiro d'este estado de coisas, porque a seca continua, não há água nas estradas, e as notícias que recebemos do Sertão são contraditórias: uns dizem que há abundância, e outros dizem ao contrário”.⁷¹ Acrescentando que o governo deveria fazer uma investigação para apurar as “indagações” por intermédio das autoridades de Caetitê, Macaúbas, Urubu, Villa da Barra, Chique Chique e Jacobina, sugerindo “emigrar as populações das lavras” para salvá-las da fome.⁷² O dito cidadão ainda salientou que a imigração era um mal necessário para as lavras diamantinas, já que esta era uma população nômade e que não deveria compará-las às agrícolas.

Esses que assim pensam consideram as populações mineiras nas mesmas condições em que se acham as populações agrícolas, e nisso está o seu erro. A população das lavras diamantinas é nômade por necessidade: vive exclusivamente

⁶⁹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605, p. 25. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁷⁰ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 142.

⁷¹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Per 1860. 00002, p.07. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁷² Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Per 1860. 00002, p.07. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016. p. 07.

da mineração de diamantes, e se alguma agricultura existe, esta não passa da cultura de hortaliças. Quando há água, e o diamante goza de bom preço, a população cresce, e a prosperidade é geral, e quando as coisas não correm favoravelmente, ela emigra, ou acumula-se nas Vilas, procurando meios de vida.⁷³

Depois de algum tempo e com o retorno das chuvas, os migrantes voltaram ao interior para restabelecer os vínculos que haviam deixado ou construir novos.⁷⁴ Em alguns locais, as chuvas apareceram no primeiro semestre do ano 1861, enquanto outros tiveram que esperar até meados do meio do ano. As grandes trovoadas e enchentes iam modificando a paisagem. Em um parecer do Comissário Geral de Socorros Públicos, Pedro da Silva Rego, apresentava as expectativas quanto ao restabelecimento do ambiente cotidiano com a estação das chuvas:

“O povo saudou este acontecimento com indizível contentamento, embora na esperança que, infiltrando-se no ânimo de todos, lhe promete o próximo melhoramento de tantos males. O lavrador que há três anos cultiva a terra se aproveita, espera mudar de condições, voltando aos seus lares abandonados. O garimpo corre fraco e cambaleante por sobre ás serras diamantinas em demanda de seus cascalhos, extraídos de há tempos para cá, para lavá-lo agora, que a chuva o favorece. O fazendeiro procura de novo sua propriedade abandonada, para recomeçar os trabalhos da criação, quase extinta por falta de pastagens e aguardas.”⁷⁵

Mesmo com as chuvas, os sertões ainda iriam sentir os efeitos da seca por algum tempo, pois, se em alguns lugares a chuva restabeleceu o cotidiano, por outro lado, levaram a calamidade e a destruição das lavouras, estradas, entre outros transtornos.

Para os habitantes da Comarca de Minas do Rio de Contas, as chuvas aumentaram o volume dos rios e destruíram as estradas trazendo as febres, àquelas que transitavam nas suas margens. Um pouco a contragosto o governo que teve que

⁷³ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Per 1860. 00002, p.07. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁷⁴ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 146.

⁷⁵ Correspondência do Comissário Geral Pedro da Silva Rego, ao Presidente de Província, Santa Isabel, 15/02/1861. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Comissões de Socorros Públicos do Governo (1583)*. Gonçalves, pp. 149-150.

manter por algum tempo o envio de gêneros e os asilos criados nas localidades de maior aglomeração de migrantes. Levava algum tempo para o restabelecimento do comércio e da lavoura. Para os mais otimistas três a quatro meses, para os mais realistas, um ano.⁷⁶

De qualquer forma, a chuva era a esperança e fé que os sertanejos esperavam para terminar com o sofrimento do longo período de seca que se abateu sobre eles. O governo ainda teve que prestar ajuda com os gêneros básicos enquanto as comarcas e vilas atingidas pelas fortes chuvas se recuperavam das doenças, alagamentos e interrupções das estradas.

Foi a partir da seca de 1857/1861 que o governo começou a investir em construções de aguadas e açudes para “combater” a estiagem. As construções de pontes, açudes e estradas no interior, sob a orientação de “autoridades zelosas” diminuiria as consequências de futuras secas. Promovendo a abertura de poços, aguadas e açudes em localidades do Recôncavo e mesmo na capital, aproveitando-se “o serviço da emigração” e evitando o “perigo da ociosidade”, o governo amenizaria o quadro de crise a que se havia reduzido o interior da província.⁷⁷

No terceiro capítulo, abordarei sobre outras ações que o governo promoveu para amenizar a seca. Mas antes, vejamos um pouco mais das reivindicações e reclamações dos sertanejos perante o Presidente da Província.

⁷⁶ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 74.

⁷⁷ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 61.

CAPÍTULO II

ENQUANTO O SOCORRO NÃO VEM:

Entre as estratégias de convivência com a seca e reivindicações dos sertanejos

Como afirmei no primeiro capítulo, a pior seca registrada para o século XIX ocorreu entre 1857 e 1860. Ela assolou a Província da Bahia, especialmente as vilas de Jacobina, Morro do Chapéu e Vila Nova da Rainha fazendo com que a população sentisse na pele as consequências como doenças, escassez de água e de comida no convívio com uma paisagem estarrecida. A possibilidade para resistir aos efeitos da estiagem era criar estratégias a partir da troca de experiências, saberes e ajudas entre as famílias. Para além da sobrevivência, a seca representava para o sertanejo o desafio de aprender a conviver com a falta de chuvas e os poucos recursos ofertados pelo governo, sendo este último o principal motivo para continuar em sua terra natal. Estratégias como a mendicância de casa em casa e a busca por comidas retiradas da própria caatinga eram essenciais para a sobrevivência.

A experiência de conviver com a caatinga e ter vivido tempos difíceis de estiagens anteriores sem ninguém para acudi-los, tornou o sertanejo mais “adaptado”⁷⁸ às condições postas pela natureza, utilizando os recursos disponíveis na caatinga. A respeito disso, Moiseis de Oliveira Sampaio afirma que a vida cotidiana dos trabalhadores agrícolas refletia esta intimidade com o meio ambiente,⁷⁹ a intimidade com o meio estava ligado não só a comida, mas também ao modo de se vestir, desconstruindo assim, um olhar tosco que os sujeitos urbanos e ditos “civilizados” tinham sobre a cultura e sobrevivência do homem do sertão.

Neste capítulo procurarei abordar as principais estratégias utilizadas pelos populares dos municípios de Jacobina, Morro do Chapéu e Vila Nova da Rainha, Comarca de Jacobina,⁸⁰ para reivindicar auxílio do governo e, ao mesmo tempo, conviver com os problemas causados pela seca.

Segundo Gonçalves

⁷⁸ Adaptado aqui não está no sentido biológico. O adjetivo foi para demonstrar que a população sertaneja acumulou experiências culturais que lhe permitiu sobreviver em momentos de estiagens severas.

⁷⁹ Citação traduzida para o português. No original: “*la vida cotidiana de los trabajadores agrícolas reflejan esta intimidad con el medio ambiente*”, Moiseis de Oliveira Sampaio, “Adjustando Las Lentes”, El Coronel Negro, relaciones de raza y poder en sertao bahiano, Ano de obtenção: 2015. (Tese de Doutorado, Universidad Nacional de Rosario, UNR, 2015) pág. 23.

⁸⁰ Apesar do grande número dos documentos utilizados nesta pesquisa tratarem da Comarca prezarei por utilizar o termo vila, pois, a Comarca de Jacobina era extensa. Minha pesquisa está centrada apenas nas vilas de Jacobina, Morro do Chapéu e Vila Nova da Rainha, pertencentes a essa Comarca.

As camadas pobres e excluídas da sociedade sertaneja que conviviam com a seca não deixaram testemunhos expressos, depoimentos substanciais em que se pudessem reconstruir casos vividos por aqueles indivíduos. Assim, sem a fala documental dos excluídos, tornou-se necessário estender o tempo de estudo do problema, para que desse contexto e de suas ações se possa conjecturar sobre as expectativas, estratégias, atitudes e frustrações frente ao impacto da presença da seca.⁸¹

E quando falta a comida?

Na freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina não havia mais milho nem feijão e o pouco da farinha de mandioca que aparecia, alcançava altos preços “que apenas chega para uma ou outra pessoa a comprar: já tendo até morrido pessoas de fome.”⁸² Essas informações estavam presente nos relatos enviados pelo subdelegado, por meio de um ofício, ao presidente da Província no dia 06 de julho de 1860, expressando com grande alvoroço que o “único sustento era a abró massa de nicorizeiro”⁸³ – árvore típica da caatinga, resistente aos tempos de secas. As palavras de Antônio Pereira Guimarães compostas no ofício reforçavam o quanto a grande seca produziu resultados trágicos, acabando com as pequenas lavouras de feijão, milho e arroz, contribuindo para a carestia dos gêneros alimentícios mesmo na capital da Província. Gonçalves acrescenta que em Vila Nova da Rainha, município a qual Freguesia Velha de Santo Antônio estava atrelada,

(...) a população pobre que ainda residia na povoação, penava com a destruição dos rebanhos e lavouras: Vimos grandes roças de feijão, milho e mandioca, todas tostadas pelo calor violento do sol, tal qual acontece entre nós pela ação do frio fora do tempo; outros campos, esturrados pela excessiva seca, desde alguns anos, se achavam sem cultivo, deixando ver filas de caules sem folhas, nos quais já não existia mais vida alguma. (...) Esta calamidade havia flagelado, em vasto círculo, a

⁸¹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pág. 07.

⁸² Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 57.

⁸³ Ofício da Freguesia Velha de Santo Antônio da Jacobina, município da Vila Nova da Rainha, 06/07/1860, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*. Maço 1607.

região em torno de Vila Nova; grandes rebanhos, haviam perecido de fome e sede, e uma parte dos habitantes abastados se mudava para o Rio São Francisco, de onde eram atualmente trazidos todos os mantimentos, por preços exorbitantes.⁸⁴

No município de Santo Antônio da Jacobina algumas pessoas se juntaram para comprar farinha por prevenção e vender naquela vila “uma pequena porção”, a sete, oito mil réis a quarta.⁸⁵ Essa era uma das estratégias para amenizar a falta de comida, que chegava por meio de burros de cargas, a fretes caros vindos da vila de Cachoeira. Já em Morro do Chapéu, custava sessenta e quatro réis o alqueire tanto da farinha quanto do feijão. O arroz pelado, um dos alimentos mais caros da região chegava a noventa e seis réis. Esses eram os únicos alimentos que se encontrava por aquelas bandas.

A carestia agravava ainda mais a situação de penúria. Nas palavras do Presidente da Província para as demais autoridades públicas, “famílias errantes instintivamente se enterram nos fundos das matas em procura de caça, ou de raízes e frutos desconhecidos” para continuar sobrevivendo, e à medida que o socorro não chegava era isso que restava para o sertanejo.⁸⁶ Neves adverte que a escassez de alimentos não era um fenômeno regional e acrescenta que:

A longa seca atingia toda a Bahia e outros estados nordestinos. Nessas circunstâncias, a especulação no mercado elevava vertiginosamente os preços, no aproveitamento da oportunidade de desabastecimento, agravada com maior procura pelos que podiam comprar, que se preveniam contra eventual colapso da oferta ou para também especularem posteriormente.⁸⁷

A estiagem continuava a causar muita aflição aos moradores da Comarca, como homens, mulheres, crianças e idosos pedindo esmolas nas casas circunvizinhas. A situação era tão grave, que até mesmo os donos das residências visitadas “não podem socorrê-los com uma esmola por estarem nas mesmas circunstâncias”. Talvez por compaixão ou por outros

⁸⁴ Spix e Martius, “Viagem pelo Brasil: 1817-1820”, p. 21.

⁸⁵ A quarta, é uma bandeja de medir farinha. Segundo Richard Graham, um alqueire de farinha equivalia a 36,27 litros de farinha, significava que ¼ de farinha equivalia exatamente a 9,06 litros de farinha. Richard Graham, “Alimentar a cidade; das vendedoras de ruas à reforma liberal, Salvador, 1780 – 1860”, São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 448.

⁸⁶ Estado crítico, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

⁸⁷ Neves, “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local), pp. 207.

interesses, isso levou as autoridades a escreverem em nome de todos os moradores para o governo soberano.

Entretanto, não significa que esse tipo de atitude levasse o sertanejo a ser um sujeito passivo, vitimado pela seca, pelo contrário, essa poderia ser uma estratégia de sobrevivência dentro de uma sociedade que primava pelo apadrinhamento, otimizando assim as relações sociais demandadas entre a camada abastarda e os pobres da sociedade sertaneja. Em missiva enviada ao Presidente da Província, em 1860, as autoridades de Morro do Chapéu informaram que,

Dia e noite temos em vista um quadro atemorizador ás ruas, as portas apinharados de crianças quase nuas, homens, mulheres de toda condição e idade mendigando um pedaço de pão e rara vezes o acha porque rara é a pessoa que terá para dá-lo! As lagrimas que na atualidade derrama-se aqui, se forem suspensas pela providência de Vossa Excelência serão eternamente pagos pelo Supremo Senhor.⁸⁸

Em outro documento, a súplica é basicamente a mesma. Na Freguesia Velha, em Vila Nova da Rainha, os missivistas argumentavam que era “deplorável o estado em que se acha[va] os habitantes desta localidade, pois se faz bastante carecedora do bem e da atenção”⁸⁹ do presidente Antônio Costa Pinto “e não tendo ele comisseração em acudir com algum socorro de pronto terá de perecer o resto do povo de miséria e fome pois raro é o dia que não sepulta” alguém, “tanto pela causa dita e (...) das más comidas tem aparecido moléstias que não tem sido conhecida das quais são vítimas”.⁹⁰

O quadro pintado pelas autoridades demonstrava o estado de desespero que estava estabelecido para os moradores e ao mesmo tempo, os documentos exibem as estratégias para sensibilizar as autoridades. Da perspectiva da gente comum,⁹¹ cuja maioria, suponho, era constituída por “gente de cor”,⁹² o fato de ter senhores/patronos escrevendo em seu nome não significava passividade, como dito anteriormente. Isto porque, temos de levar em conta que estamos falando de uma sociedade onde o analfabetismo era enorme, ou seja, pouco sabiam ler e escrever. Essas habilidades eram mais comuns nas elites, e mesmo assim entre os

⁸⁸ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁸⁹ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

⁹⁰ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

⁹¹ Denomino de gente comum homens e mulheres livres pobres, escravos e libertos.

⁹² A expressão “gente de cor” designava todos os não brancos. Suponho que a maioria da população da Comarca de Jacobina fossem “de cor” com base na pesquisa que vem sendo realizada por Jackson Ferreira, “Senhores e subalternos”.

homens. Além disto, havia o peso da posição social. Em uma sociedade que primava pelo apadrinhamento e hierarquia, como o Brasil oitocentista, delegar aos melhores posicionados a tarefa de reclamar às autoridades, era uma estratégia mais eficaz para obter sucesso.

Entre as estratégias estava apelar para fé e a religiosidade do Presidente da Província. Os missivistas, é claro, não esqueceram de recorrer à intervenção paternal do Estado. O Paternalismo, com sua economia Moral de Multidão, também valia, nestes momentos, nas relações entre os poderosos.

Não havia estoque de alimentos suficientes para sustentar por algum tempo a população e a precarização da comunicação entre os sertões de Jacobina e o litoral da Bahia atrapalhava a chegada dos recursos ao interior, principalmente os alimentícios. As estradas por onde chegavam os socorros eram má conservadas e de difícil acesso, havendo também dificuldades em transportar subsídios por grandes distâncias. Por isso, as cobranças e reivindicações persistiam para que as obras iniciadas ou prometidas fossem construídas e terminadas, como estradas, pontes e entre outros.

Em Jacobina, as principais necessidades foram elencadas em um ofício enviado pela Câmara Municipal. As reclamações eram por conta das estradas em estado degradantes que foram abertas pelos fazendeiros e até mesmo pelo presidente.

O melhoramento das estradas d'aquela Vila para esta Capital; pois as que existem abertas pelos Fazendeiros, são de ordinário tão fechadas que obrigam os viajantes a andar debruçados, sendo ainda assim arranhados pelos espinhos.

(...) O melhoramento da estrada da Vila para cima, exceto 12 léguas a contar da mesma Vila a Fazenda – Engenho Velho, que o Governo mandou abrir, mas em cujo meio existe a Serra – Tombador – que se acha no primitivo estado e, portanto, precisa ser também melhorada.⁹³

Os vereadores de Morro do Chapéu insistiam em cobrar da presidência o melhoramento das estradas para o desenvolvimento econômico do município. E segundo Ferreira, diferentes ofícios encaminhados à Presidência da Província, apontando a falta de incentivo do governo, a

⁹³ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

preferência dos moradores pela vida pastoril, as péssimas condições das estradas e o alto custo do transporte para o litoral como os principais motivos do pouco interesse pelas plantações.⁹⁴

“A falta, porém, de dinheiro é a mais sentida”...⁹⁵

As cobranças por ajuda do governo vinham de todos os lados. Morro do Chapéu, Vila Nova da Rainha e Jacobina continuavam firmes em lembrar ao governo a relevância da região para a Província. Os dirigentes da Comarca de Jacobina cobravam os socorros adequados para a população que percia nesta localidade, em um documento que encontrei danificado por conta do tempo, com datação de 24 de abril de ano ilegível, suponho 1860, foi encaminhado pela Câmara Municipal de Jacobina⁹⁶ para a Província, uma denúncia que seus munícipes se encontravam em um deplorável flagelo de fome. O ofício registrou que havia uma deficiência nos cofres público da Comarca para suprir a necessidade da população e a esperança era que houvesse uma sensibilização por parte do Presidente em ajudá-los. As autoridades jacobinenses reivindicavam, em palavras singelas e bem escolhidas, O porquê de o governo priorizar algumas comarcas.

Animado pelos paternais cuidados que em iguais crises sempre tem merecido, [o] Governo Imperial e de Vossa Excelência, qualquer por habitantes sofredores rogando para este Município os mesmos benefícios que foram para a Comarca do Rio de Contas e principalmente a de Lençóis em circunstâncias sem dúvida menos desesperadoras.⁹⁷

Gonçalves aponta que a Comarca de Rio de Contas já exigia medidas para minimizar a escassez de gêneros alimentícios e foi rapidamente atendida por meio de uma Comissão de Compras, em 1859, pelo Presidente recém empossado, Herculano Ferreira Penna, para atender suas necessidades como a distribuição de dinheiro para a compra de alimentos como o feijão,

⁹⁴ Jackson André da Silva Ferreira, “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2014), p. 62.

⁹⁵ Documento escrito pelas autoridades Joaquim Rodrig[u]es Seixas, O Nigr.º Theotonio Barboza de Miranda entre outros, relatando o empréstimo privado adquirido para socorrer a vila de Jacobina, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca de 1845-1860*, Maço 1607.

⁹⁶ Neste caso específico, esse documento trata da Comarca geral de Jacobina.

⁹⁷ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

o milho e o arroz que ainda existia naquela região e não precisava pagar fretes caros, as custas do governo ficou a farinha que era de falta absoluta no município,⁹⁸ enquanto tal benefício só se estendeu as demais localidades em novembro de 1860, pelo seu sucessor Antônio da Costa Pinto.⁹⁹ Nessa situação, não estava só Jacobina, mas, outros municípios que eram obrigados a negociar gêneros alimentícios e fazer empréstimos particulares por conta da demora da ajuda do governo. Outros municípios também cobravam as mesmas providências que Jacobina, como Villa da Barra, Chique Chique, Macaúbas, Urubu e Caetité. Os fazendeiros de “outras localidades que enfrentavam a seca, interpretaram que em tempos difíceis devia-se apelar ao governo, dividindo com ele o ônus e as obrigações sociais e econômicas provocadas por um período de estiagem”.¹⁰⁰

Sem muitos meios de sobrevivência, alguns documentos, como os inventários e processos criminais e civis, apontam que muitos moradores tomavam dinheiro emprestado a pessoas mais abastardas e acabavam se enrolando com a dívida, demorando de quitá-lo por conta da seca, já que como afirmei, contribuía com a precariedade das economias locais.¹⁰¹ Outra forma de amenizar a falta de alimentos e subsistência era a contração de empréstimos a pessoas particulares. A comissão de socorros públicos de Jacobina, esperando por ajuda pública que demorara a chegar, resolveu “contrair um empréstimo da quantia de oitocentos mil réis com um Negociante” morador local e aplicou essa “quantia na compra de gêneros de primeira necessidade,”¹⁰² para as pessoas dividirem com os mais “indigentes”. Essa quantia seria paga pelo governo ao negociante como bem coloca o ofício.

A falta, porém, de dinheiro é a mais sentida e a que sobe de ponto: é pois somente uma quantia de dinheiro o que presentemente poderá salvar a pobreza aflita, e concorram mais proveitosamente para emigração necessária, e para a qual há de a Comissão esforçar-se afim de torná-la efetiva. É pois com dinheiro que a

⁹⁸ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Crise Alimentícia. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 06. Discutirei melhor sobre as comissões de socorros públicos no próximo capítulo.

⁹⁹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pág. 58. Acrescento que um dos motivos dessas comarcas serem as pioneiras no recebimento da ajuda paternal é porque nessa época, elas estavam se destacando no comércio de diamantes e ouro. As localidades de Rio de Contas, Caetité e Lençóis estavam desenvolvendo um novo comércio, rentável e rico de minérios preciosos.

¹⁰⁰ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, pág. 44.

¹⁰¹ Inventários como o de dona Maria Rosa de Jesus, aponta que ela deixou de inventariar uma roça que utilizava em tempos de seca, esse tipo de ação demonstra com eram as estratégias para os sertanejos fugirem da seca.

¹⁰² Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

Comissão de um modo mais satisfatório poderá preencher afim paternais do Governo.¹⁰³

Os principais escritores do texto expõem os seus agradecimentos e ao mesmo tempo sinaliza “que os abaixo assinados foram de grande utilidade para os moradores deste infeliz Município,”¹⁰⁴ senão, o governo não se lembraria dos seus nomes.

Lara de Castro observa que os trabalhadores do campo, mediante as experiências acumuladas e a memória de estiagens anteriores, passaram a entender que a obrigação de os amparar agora era do Estado, cobrando a assistência em tempos de estiagem.¹⁰⁵ Em um abaixo assinado produzido em Morro do Chapéu e datado de 21 de abril de 1860, as autoridades públicas municipais juntamente com fazendeiros locais reivindicavam a ajuda do poder provincial argumentando que o lugar “é um dos pontos importantes desta província pelo grande números de bois para o consumo dessa capital e senão tem havido nesses últimos anos boas soltas dois motivos concorrem para o atraso: 1ª a atual seca e a 2ª falta de via de comunicação; estes dois motivos tem proibido o descimento dos gados do centro para aqui.”¹⁰⁶

O coronel Quintino Soares da Rocha, escravista e homem mais rico do Morro do Chapéu, quiçá da região, estava à frente do abaixo assinado como principal interessado. Ele, como afirma Ferreira, possuía mais de uma centena de escravos, em sua maioria, crioulos nascidos em suas propriedades ou nas de seus pais. Alguns chegaram às suas mãos por heranças. Por tudo isso estava no topo da elite morrense.¹⁰⁷ Ele foi o principal coronel da vila de Morro do Chapéu. A petição também foi subscrita por seus sobrinhos Joaquim da Rocha Cezar e João da Rocha Cezar mostrando que a produção de registros estava diretamente ligada a uma camada da sociedade que sabia ler e escrever. Possibilitando a utilização da influência política e econômica para obter recursos do governo, por isso, como bem coloca Gonçalves “o maior ou menor testemunho da seca e das áreas em que se manifestava dependia de hierarquias políticas, sociais e econômicas”.¹⁰⁸ Outros aspectos sociais e políticos

¹⁰³ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁰⁴ O ofício foi escrito por Joaquim Rodrigues Seixas, Teotônio Barboza de Miranda e Juliano Cesar Jacobina, em 27/11/1860 na Comarca de Jacobina, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*. Maço 1607.

¹⁰⁵ Lara de Castro, “De retirantes a operários: Trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915-1919)”, *Revista PERSEU*, vol. 04, nº 5 (2010), p. 64.

¹⁰⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁰⁷ Ferreira, “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)”, p. 13.

¹⁰⁸ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 03.

dos Sertões analisados nesse documento são apontados por Ferreira, afirmando que a soberania local estava com receio de que os pobres pudessem protestar pela falta de socorros, por esse motivo, o abaixo assinado foi promovido pelos coronéis da região. Mesmo que “a plebe, tida como ignorante pelos vereadores morrenses, não se movimentava a ponto de se revoltar. Mas, por vezes, ameaçava.”¹⁰⁹ Emily Rodrigues dos Santos, em estudo para o século XX, argumenta sobre as relações que se estabeleceram em Jacobina:

(...) entendendo-as enquanto relações paternalistas nos permitem perceber que havia vantagens mútuas entre os governantes e grandes proprietários assim como entre estes e a população subalternizada. Assim sendo, a partir dos costumes e valores tradicionais, os necessitados reivindicavam auxílio nos períodos de escassez, dentro de um equilíbrio que deveria existir nessas relações, em que a exploração e a resistência eram mascaradas “pelos ritos do paternalismo e da deferência”. A assistência aos pobres era uma maneira de apaziguar essa população, assim como impedir possíveis contestações por parte da camada menos favorecida que esperava essa ajuda referendada na deferência que prestavam aos grandes proprietários.¹¹⁰

Gonçalves afirma que a população pobre se dedicava a “agricultura de subsistência, principalmente aquelas localizadas junto aos pequenos núcleos (...). “A maioria dos arraiais pobres teve parte de sua população migrada, principalmente aqueles onde a destruição da lavoura havia sido mais intensa, como em Maracás, Queimadas e Vila Nova da Rainha”. Os grandes fazendeiros eram os detentores de terras próximos a grandes aguadas, enquanto as essas populações sofriam com a falta de água.

Além da estiagem, a paisagem descrita revela que as grandes fazendas, principalmente as ocupadas no cultivo de algodão e na criação de gado e extração de sal, situavam-se em torno das melhores fontes de água, enquanto as mais pobres, distribuídas no interior do território baiano, longe do rio São Francisco e do Recôncavo, sofriam com a falta de fontes de água duradouras.¹¹¹

¹⁰⁹ Ferreira, “O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-BA no século XIX”, p. 136.

¹¹⁰ Emily Rodrigues dos Santos, “A seca é o inverno de muita gente” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014), p. 66.

¹¹¹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 23.

Para Ferreira, as grandes famílias de Morro do Chapéu eram as detentoras de “grandes extensões de terras e dos recursos naturais, principalmente os mananciais de água, pastagens e solos férteis ideais para a policultura, a pecuária e a mineração e que era o maior cabedal político-econômico”. Ainda segundo o autor:

Em Morro do Chapéu, essa elite da elite atendia pelos nomes de coronel Quintino Soares da Rocha e dona Umbelina Adelaide de Miranda. Juntos, formavam o casal Soares da Rocha. Senhores de terra, gado e gente, eram donos de muitas fazendas e sítios, milhares de cabeça de gado e centenas de dependentes entre livres, libertos e escravos.¹¹²

Dessa forma, as grandes famílias eram as responsáveis pelas cobranças ao governo da província, sendo o intermediário entre este e a população. Quanto às rivalidades que existiam entre os fazendeiros, Ferreira acrescenta que “em determinadas circunstâncias, como em época de calamidade causada pela seca, os grupos rivais deixavam as desavenças de lado e se uniam em prol de objetivos comuns, especialmente quando havia a possibilidade de rebeldia dos subalternos”.¹¹³ Mas, tempos depois, entravam em batalhas judiciais para reaver posses de terras.

Posse de terras e a seca

Segundo Ferreira a seca também era motivo para as descobertas de novos terrenos na tentativa de cultivar algo para sobreviver e também era usado como marco temporal. Em um processo criminal de 1876 por invasão de terras tendo como réu Bernardino de Senna de Nascimento, Manoel de Tal, Thimóteo de Tal e Pedra de tal e como vítima Sebastião Honório Guimarães Freitas, desenrola a relevância do poder sobre a terra com aguada na seca de 60 em Morro do Chapéu. Abaixo, transcrevi o necessário para compreender a disputa.

¹¹² Ferreira, “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano”, p. 70.

¹¹³ Ferreira, “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano”, p. 69.

(...) João Martin, sogro do indiciado, na sempre memorável seca de 1807 procurando (...) a sua miserabilidade entrou para o centro das matas incógnitas a fim de achar um lugar banhado por água correntes e nativas com o feito de plantar o principal alimento de subsistência: a mandioca de pau.

De fato, internando-se (...) ao sul desta vila, distante dela 10 léguas descobriu o lugar em questão, o qual satisfazia plenamente ao seu intuito e com a esperança que tinha de poder ali cultivar apesar da seca podendo alimentar a si e a sua onerosa família, deu (...) o nome de Boa Esperança que ainda hoje conserva.

Naquele tempo, como sabe o distinto julgador quem descobria no envio [o] sertão qualquer lugar que nele habitava e cultivara era seu legítimo (...) direito este que foi garantido pela lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.¹¹⁴

Pois bem! O descobridor dito, João Martim; ali viveu no longo espaço de sessenta e oito anos sem haver a menor contestação de pessoa alguma e antes pela sua assiduidade no trabalho e abundância de sua lavoura causara senão inveja do menos admiração a todos que ali passaram.

Muitos anos antes de sua morte, o indiciado (Bernardino de Sena) casou-se com Joaquina Francisca de Oliveira, filha legítima do dito descobridor, cujo dote foi o terreno descoberto e cultivado, aonde o indiciado se estabeleceu até hoje com roças de diferentes plantações.

Na notável seca de 1860, ali chegou Manoel Martins, pedindo ingresso para deitar umas roças vista ser o terreno (...) e próprio para regar e preservar do sol na que consentir o indiciado por comiseração e desde que aquele apanhou se estabelecido abusando da boa fé, começou a dizer que aqueles terrenos lhe pertenciam por sê-las cômoda.¹¹⁵

Macio Andrade do Nascimento salienta que Manoel Martins era um fugitivo da seca e que pediu a Bernardino “para ali deitar umas roças” na fazenda Boa Esperança, “visto ser o terreno ubérrimo e próprio para regar e preservar do sol”. Mas sua ambição e o mal agradecimento chegou ao ponto de vender ditas terras para o Capitão Antônio Honório Guimarães na cidade

¹¹⁴ Leis de Terras.

¹¹⁵ Processo do tenente Sebastião Honório Guimarães Freitas contra Bernardino Francisco de Senna e outros, 1876, FCA, Sala do Crime, Processo Criminal, cx. 1874-1876.

de Lençóis, afirmando que o terreno era seu “por tê-lo comprado a Romão Gramacho.”¹¹⁶ Nascimento acrescenta que “diante de tal posicionamento de seu agregado, Bernadino o expulsou.”

Bernardino era, segundo afirmava e tal qual seu carrasco Manoel, um homem móvel. Natural de Riachão de Jacobina, sua mobilidade o levava até o distrito de Riachão da Utinga, região limítrofe entre Morro do Chapéu, Lençóis e Orobó, e também aquela que concentrava as melhores terras e maior quantidade de cursos d’água da Vila.¹¹⁷

Com esse processo, fica claro que as consequências da seca iam além do que só a fome, estiagens, doenças ou inundações com a chegada da chuva, a disputa por terras que tinha água armazenada era acirrada. Em Morro do Chapéu, região atingida por estiagens e secas prolongadas, assim como no mundo rural brasileiro, a posse de terra, principalmente as férteis e com bons mananciais de água, possibilitava a um senhor adquirir dependentes livres na forma de agregados e arrendatários.¹¹⁸ Gonçalves assinala que “anexações de posses e benfeitorias, expulsão de antigos moradores e a crescente opção pelo arrendamento e trabalho assalariado, talvez tenham se intensificado principalmente na última década do oitocentos, levando a um crescente pauperismo uma multidão de roceiros, alimentando um significativo movimento migratório, principalmente durante a seca.”¹¹⁹

Outra causa apontada nos inventários e processos dessa época é que muitos dos moradores deviam há alguma pessoa e demorava a pagar por conta da seca, já que esta como já foi afirmado aqui, contribuía com a precariedade econômica das vilas.

Notícias da chuva no sertão?

¹¹⁶ Macio Andrade do Nascimento, “Roças, Currais e Garimpos: O trabalhador livre e pobre no Sertão Baiano dos Oitocentos. Morro Do Chapéu (1848-1889)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2014), p. 81.

¹¹⁷ Nascimento, “Roças, Currais e Garimpos: O trabalhador livre e pobre no Sertão Baiano dos Oitocentos. Morro Do Chapéu (1848-1889)”, p. 82.

¹¹⁸ Ferreira, “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano”, p. 22-23.

¹¹⁹ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 121.

Após pedidos de socorros, empréstimos, disputas judiciais e ameaças silenciosas de rebeldia, as notícias de chuvas chegaram na Comarca. Em Vila Nova da Rainha, a notícia chegou em meados de janeiro de 1861, deixando o povo agradecido e esperançoso. Porém, ainda não havia sementes para o plantio. Por isso, em meio a elogios e agradecimentos feitos ao Presidente da Província da Bahia, Antônio da Silva Duarte, utilizou-se das promessas feitas pelo presidente para pedir que mandasse sementes de milho e feijão, visto que por lá só se aparecia de vez enquanto feijão para vender de outros lugares, mas faltava aos moradores dinheiro para comprar.¹²⁰ O anseio do sertanejo era liberta-se da esmola.

Em Morro do Chapéu, a chuva também não tardou. Em carta enviada pelo padre José Vasconcelos ao seu amigo Cícero Dantas, político influente no Império e futuro Barão de Jeremoabo, o religioso relatava que “depois de muitos dias de sol, tem dado bem os aguaceiros que chegam a tempo de salvar as lavouras que já se ressentiam da falta deles, ocasionando isso a perda de plantações feitas mais tarde. As pastagens em geral, está viçosas”. O padre informa que Morro do Chapéu atraía “grande números de pessoas de municípios circunvizinhos” para a “mineração do diamante e carbonato”.¹²¹ Segundo Sampaio, até mesmo estas atividades foram paralisadas ou declinaram por conta da estiagem.

Apesar da graciosa chegada da chuva ao sertão, as consequências da seca persistiam. A população continuava a depender dos gêneros distribuídos pelo governo que já estavam quase no fim e ainda passava pelas dificuldades do transporte para chegarem a Vila Nova da Rainha, principalmente por causa do alto preço que se pagava pelos fretes e as condições lastimáveis que se encontrava as estradas que ligava essa região a Feira de Santana e Cachoeira.

Diante dos murmurinhos sobre as chuvas, o governo estava confuso em relação às notícias apresentadas sobre o estado real dos sertões. “E nem se pode calcular qual será o paradeiro deste estado de coisas, porque a seca continua, não há água nas estradas, e as notícias que recebemos do Sertão são contraditórias: uns dizem que há abundância, e outros dizem ao contrário.”¹²² Em documento datado de 27 de novembro de 1860, Joaquim Rodrigues Seixas e mais dois cidadãos jacobinenses respondem a um ofício do dia 09 de

¹²⁰ Correspondência de Antônio da Silva Duarte, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹²¹ Correspondência enviada pela Câmara do Morro do Chapéu à Presidência da Província, 08/05/1861, APB, Seção Colonial e Provincial, Câmara do Morro do Chapéu 1861-1889, maço 1365. Pasta 27, Dossiê 89 - Documento 1326 – Carta de Joaquim Inácio de Vasconcelos para Cícero Dantas. Escrita em 22 de fevereiro de 1862, recebida em 07 de março e respondida 10 de agosto de 1862.

¹²² Crise Alimentícia, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 07.

novembro do corrente ano, exigia “com urgência uma informação sobre o estado das localidades deste Termo.” Entretanto, a situação descrita na resposta era assustadora, ainda não tinha chegado chuvas nas proximidades de Jacobina e nem tampouco a ela. Mesmo que já estivesse “no tempo em que as chuvas terão de começar.”¹²³

Ao término de sua obrigação na comissão de socorros públicos nos Sertões, Pedro da Silva Rego afirmou em uma correspondência ao Presidente que a seca flagelou por mais de dois anos as populações sertanejas, mas com a chegada da chuva em janeiro de 1861, diminui consideravelmente as dificuldades.

Com elas, dentro de poucos dias, as estradas por onde deviam ser importados os gêneros, tornaram-se transitáveis pelo crescimento da pastagem; os bosques cobriram-se de frutas que servirão de alimento dos famintos; a lavoura produziu; as diferentes espécies de animais engordarão e prestaram-se dos usos que deles faz o homem.¹²⁴

O comissário caracterizou o processo de chegadas das chuvas como uma ressurreição, aquilo que estava morto retorna com fervor. Porém, o mesmo compreendeu que “males de tão longa data não podiam ficar extintas com tamanha prontidão”. A cheia dos rios, o alagamento das estradas que basicamente impossibilitava a passagem das pessoas e da comunicação entre vilas, eram consequências das chuvas.

Em meados de janeiro de 1861, Antônio Guimarães e Manoel Carvalho¹²⁵ comunicaram ao presidente da Província a boa notícia de muitas chuvas na região da Freguesia Velha. Bem como a chuva levou para aquela gente sertaneja a esperança, a volta dos retirantes para suas origens, a possibilidade de plantar e cultivar seus alimentos, a quebra da dependência dos socorros públicos e uma paisagem renovada, colorida avisando que a seca estava dando uma trégua. Também ocasionou, infelizmente, consequências desastrosas. Juntamente com as boas notícias estavam as más, pois, para sobreviver à seca, a população da Freguesia Velha comia massa de Ouricurizeiro, “único recurso que suportava as grandes secas”, mas, o “aguaceiro” prejudicou a produção da massa dessa planta nativa da caatinga atingindo a população que a utilizava como estratégia de sobrevivência.

¹²³ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹²⁴ Correspondência de Pedro da Silva Rego, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹²⁵ Apresento apenas o nome e o sobrenome, pois, não consegui identificar a palavra do meio das assinaturas.

Encontro nesse texto críticas e cobranças feitas a Antônio da Costa Pinto, em que os autores expõem suas próprias palavras, que “nenhum socorro tem recebido das sabias providências emanados pela Vossa Excelência” e que “outras Freguesias tem tido a fortuna recorrendo, pois, a esta Comissão Municipal para na falta de gêneros alimentícios socorrê-los com algum dinheiro”.¹²⁶ A grafia de Antônio Guimarães mostra que sabia ler e escrever muito bem, seu embasamento estava pautado no conhecimento e entendimento da lei. Ele argumentou que os socorros em dinheiro feitos pela comissão estavam em “conformidade da Resolução (...) de 12 de novembro do ano próximo passado.”¹²⁷ Além disso, consta que a dificuldade de acesso de uma Freguesia a outra era terrível, pois, as estradas estavam malcuidadas e a fraqueza abatera nos homens, “ficando a maior parte em estado de não poder lá ir” (na outra freguesia) para buscar mais suprimentos numa segunda vez. Assim, muitos sertanejos ficavam na miséria por não terem mais forças para buscarem o seu alimento em outra vila ou comarca que presidia a distribuição dos socorros públicos.

Com a chegada da chuva no sertão de Jacobina, aumentava as expectativas da população, principalmente para a questão da alimentação e do trabalho, essas eram necessidades básicas para sobreviver e manterem-se resistentes à seca futuramente. Para os migrantes, a chuva representava voltar à sua terra natal e as atividades cotidianas.

¹²⁶ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

¹²⁷ Acredito que esta Resolução seja um Ato de 12 de novembro de 1860, mencionado por Erivaldo Fagundes Neves em seu livro *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2ª edição revisada e ampliada – Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008. 386p. Infelizmente, eu não encontrei esse Ato.

CAPÍTULO III

SOCORROS PÚBLICOS:

As políticas do governo no combate à seca.

O objetivo deste capítulo é discutir as principais ações, denominadas de socorros públicos, implementadas pelo governo durante a seca de 1860 na Província da Bahia e tentar entender, através desta política, um pouco da primeira tentativa de combate à seca. Como já discuti nos capítulos anteriores, a seca não era visível até o momento da década de 60, ela estava evidenciada apenas para a população sertaneja. A estiagem não provocou somente grandes estragos que afetaram a economia, mas também atraiu discussões em torno da responsabilidade pelos socorros. Afinal, de quem era o dever de ajudar, socorrer ou dar esmola a população “miserável” que estava a mercê da fome e da sede? Esta discussão não estava presente somente na sociedade baiana, mas também, em outras Províncias que passavam pela mesma situação. Com um discurso voltado para a moralidade e a caridade religiosa, o então presidente Antônio da Costa Pinto dedicou-se a chamar a atenção e comover a Assembleia provincial para o assombroso estado de calamidade que devastava toda a Província, utilizando em seu discurso “mecanismos de proteção à pobreza” como o apadrinhamento existente na sociedade sertaneja.

São estas crises difíceis, são estas épocas calamitosas a pedra de toque, em que se aquilatam, os sentimentos religiosos, morais e humanitários d'um povo, e o grão de civilização a que tem chegado. Os ricos franqueiam seus tesouros; os abastados, aquilo de que podem dispor; os sábios e literatos, o seu conselho, produto de sua ilustrada experiência; os ativos, a sua energia e animação; todos a porfia envidam esforços para alívio da humanidade, e até os mesmos pobres, de corações bem formados, não podendo d'alguma forma ser uteis aos que mais sofrem, sentem duplicar-se lhes a mágoa de seu infeliz estado por se verem limitados à uma estéril compaixão.

A dureza d'alma do avaro, a insensibilidade do coração do egoísta e do indiferentista, que são expectadores mudos, quedos e impassíveis de cenas de tamanha consternação, ficam (...) punidas pelos brados Íntimos, incessantes, pelos

remorsos da própria consciência, pela sanção dos preceitos religiosos, e pela censura severa e inexorável da opinião geral.¹²⁸

Frederico Castro Neves, um dos principais autores a discutir a relação entre a caridade pública e particular, afirma que com a experiência da seca de 1861, os governos começaram a utilizar a esmola como mecanismo central da relação, gesto tradicional e costumeiro, “embora a legislação já tivesse procurado estabelecer que semelhantes socorros só deveriam serem prestados em gêneros alimentícios, dietas, medicamentos, vestuário, conforme dispunha o Decreto nº 2884 de 1º de fevereiro de 1862, “nunca em dinheiro”.¹²⁹ Francivaldo Alves Nunes complementa que:

(...) a política assistencialista do Estado imperial, assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, mas que esta passa a está associada ao trabalho. Se a caridade nada pedia em troca, no caso dos *socorros públicos oficiais*, como passou a ser chamada a política de atendimento as vítimas da seca, esta não se revestia de uma caridade pública, pois passou a ser vista como política de investimento, não apenas para execução de obras públicas, mas da transformação de antigos pedintes e mendigos em trabalhadores.¹³⁰

O primeiro procedimento utilizado no combate à seca pelo governo foi tomar empréstimos com o Ministério do Tesouro Imperial para a compra de víveres. Em umas de suas primeiras remessas de alimentos para o interior, o governo gastou 20:000\$000 réis liberado sob forma de aviso de crédito. Em 1858, o Presidente João Lins Vieira Cansação de Sinimbu efetuou uma compra no valor de 6:568\$640 réis de duas máquinas movidas por água e animal para fabricar farinha, facilitando o processo e substituindo a mão de obra humana. Uma dessas máquinas foi enviada para a Colônia Nacional de Rio de Contas “servindo para uso comum dos colonos, (...) no sentido de apresentá-los, e de serem expostos como modelos aos

¹²⁸ Abertura da Assembleia Provincial, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605 – per 130605.1861.00001. Pág. 23. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016.

¹²⁹ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 170.

¹³⁰ Francivaldo Alves Nunes, “Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877)”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, nº I (2009), p. 04.

cultivadores de mandioca, que desse método de fabrico se quiserem aproveitar”.¹³¹ Essa compra possivelmente foi para fazer com que se armazenasse farinha e também desenvolvesse novamente o comércio da mesma, o que não aconteceu, pois, nos anos seguintes, Rio de Contas também foi assolada pela crise alimentícia derivada da seca.¹³²

Nas vilas, a tomada de empréstimos a negociantes de praças era prática comum, como foi explicado no capítulo anterior, a confiança passada pelo governo fazia com que as autoridades locais tomassem empréstimos a fazendeiros e demais particulares, certos de que o Estado pagaria o débito.¹³³ A partir do momento que o governo começou a exercer o “dever” de ajudar os sofridos dos sertões, muitos indivíduos se prontificaram para auxiliar na empreitada. Gonçalves adverte que a assistência aos pobres funcionava enquanto um apaziguamento entre aqueles que a praticavam - a camada proprietária -, inibindo as ocorrências de contestação à ordem vigente e respondendo ao papel que lhes cabia diante da seca; e os que a recebiam - os grupos subalternos -, um direito referendado pelo costume e justificado pela deferência que dedicavam aos poderosos.¹³⁴ Neves argumenta que os princípios gerais que moviam a mobilização social continuavam a ser a caridade e a solidariedade cristã, atestando não só a presença desses sentimentos na experiência de relacionamento entre os abastados ou o governo e a pobreza, em tempos de escassez, como também a sua força organizativa no estabelecimento cotidiano das relações sociais baseadas na reciprocidade desigual, característica do paternalismo.¹³⁵

Muitos particulares fizeram doações, utilizando de argumentos como se a seca fosse apenas um problema social e que não voltaria mais a acontecer. Talvez por esse motivo, na Província da Bahia chegaram várias doações de outras Províncias como do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e até mesmo do Pará durante a grande seca de 60.¹³⁶ Em 11 de dezembro de 1860, o presidente Antônio da Costa Pinto recebeu um ofício assinado pelo senhor Francisco José [Candinho] em que informava uma ordem de doação de 10:000\$00 réis para as vítimas da seca, o autor do documento afirmava que o doador não desejava expor o seu nome,

¹³¹ Máquina de fazer farinha. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>. Acessado em 11/05/2016, p. 21-22.

¹³² Como comparação, o valor do primeiro empréstimo equivalia de oito a dez mil cabeças de bois naquele ano.

¹³³ Constatei que pouquíssimos historiadores falam sobre os empréstimos feitos por pessoas privadas ao governo, durante toda a minha pesquisa só encontrei relatos desse tipo de atividade na documentação utilizada e em um artigo de Frederico Castro Neves intitulado “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. Projeto de História, São Paulo, (27), dezembro, 2013.

¹³⁴ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 46.

¹³⁵ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 172.

¹³⁶ Documentos estão no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Seção Colonial e Provincial, maços sobre seca.

mas eles e “desvio[u] desta opinião declarando ser o Excelentíssimo Senhor Barão de Mauá”,¹³⁷ acrescentou ainda que a “ação generosa” poderia ser “imitada por outros caridosos cavalheiros” concluído com o pedido que indicasse alguém para receber a quantia. Este ofício colocava novamente em discussão a linha tênue entre a esmola privada e a pública. Então, o governo resolveu por meio de decreto citado acima, limitar as doações feitas pelos particulares.

As Comissões...

Diante de muitas pressões o Presidente da Província resolveu colocar em prática uma política de enfrentamento à seca. Segundo Gonçalves, a formalização da proposta intitulada *Instruções* era para serem seguidas pelas administrações provinciais e municipais, propondo uma regionalização do território baiano através de uma política de abastecimento de gêneros de primeiras necessidades e da administração e controle de um fluxo migratório até então nunca visto, através da formação das comissões gerais e municipais espalhadas pelo interior.¹³⁸

No dia 1º de março de 1861, Antônio da Costa Pinto anunciou na abertura da Assembleia Provincial, o estado crítico no interior da Província, e a nomeação de várias Comissões de Socorros Públicos. A primeira a ser formada foi a Comissão de Compras que ficou centralizada na capital, composta pelo Tenente Coronel Gonçalo do Amarante Costa e do Negociante Geminiano Ferraz Moreira, tendo por finalidade a aquisição “de artigos de primeira necessidade, incumbida de continuar a remetê-los daqui à aqueles lugares para serem distribuídos aos desvalidos mais indigentes”.¹³⁹ A Comissão Central de Socorros Públicos, era formada por membros de grande influência e pertencentes a diversas comarcas.¹⁴⁰ Em 12 de novembro do mesmo ano, foram criadas Comissões Municipais e Paroquiais em quase todo território baiano “sendo para isso nomeados cidadãos, pelo menos, abastados, de influência

¹³⁷ Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹³⁸ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 62.

¹³⁹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605 – per 130605.1861.00001. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>. Acessado em 11/05/2016, p. 24

¹⁴⁰ Entre esses membros estavam os Barões de São Lourenço, de Cotegipe e o Conselheiro José Antônio Saraiva.

naqueles lugares, e notáveis por seus sentimentos de caridade”.¹⁴¹ Além dessas, outra Comissão foi criada denominada de Comissão Geral, sediada em Feira de Santana e presidida pelo Capitão Leonardo José Pereira Borges e outra no Sertão¹⁴² sob a direção dos senhores Dr. Pedro da Silva Rego e Coronel Antônio de Souza Spinola. Na comarca de Jacobina foram montadas duas comissões municipais. Na vila de Jacobina comandada pelo juiz municipal Justiniano César Jacobina e o Pároco e na Vila Nova da Rainha, “o Juiz Municipal, o Comandante Superior, e o Pároco.”¹⁴³

Para Gonçalves, tal regionalização obedecia tanto à proximidade geográfica, às relações políticas e sócio-econômicas construídas historicamente, quanto às condições mais favoráveis de comunicação em uma época de caminhos intransitáveis, de alimentos e fretes a preços altos.¹⁴⁴ O Capitão Leonardo Jose Pereira Borges, encarregado pela comissão de socorros da Vila de Feira, em uma viagem que não consegui identificar para onde fora, afirmou em ofício, que teve que “pagar fretes de cargas remetidos para Vila Nova da Rainha, aos quais já tinham sido entregues.” Em um outro ofício, ele afirma que enviou a Jacobina “dez sacos com feijão pela comissão respectiva”, informando também que o preço do frete chegava a vinte mil réis por carga. Lastimando a passagem e migração de muitas pessoas que vinham de Vila Nova da Rainha, sem rumo e por sua obrigação e dever, ele dava trabalho e comida a alguns, enquanto encaminhava o restante da multidão para os trabalhos na estrada de Santo Amaro.

O comissionário relata em outro documento que o diretor da caravana de imigrados de Vila Nova da Rainha, o juiz Jose Longuinho da Silva, fez aquisição de mantimentos de farinha, feijão, medicamentos e entre outros objetos para o “socorro da mesma caravana, (...) bem como em ter entrega[do] de seis indivíduos doentes que não podiam mais seguir viagem”, complementando esse ofício o capital Leonardo José Pereira Borges anexou as despesas contraídas com a caravana no valor de 105r160.¹⁴⁵ Todos os três ofícios do comissionário enviados ao presidente da Província foram acusados de recebimento no prazo de um mês, entretanto não encontrei as respostas a estes documentos durante a minha

¹⁴¹ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605 – per 130605.1861.00001. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>. Acessado em 11/05/2016, p. 26

¹⁴² Segundo Gonçalves, os comissionários gerais, Pedro da Silva Rego e Coronel Antônio de Souza Spinola eram responsáveis pelas comissões dos Sertões de Lençóis que compreendia o de Rio de Contas e Maracás; a de Urubu, o de Caetitê e Montes Altos; a da Barra do São Francisco, o de Xique Xique. “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 63.

¹⁴³ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 27

¹⁴⁴ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 63-64.

¹⁴⁵ Comissão do Governo, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Comissão de Socorros Públicos*, Maço 1583.

pesquisa. Basicamente, o dever inicial das comissões era o transporte, distribuições e compras de gêneros alimentícios e roupas, posteriormente, ao longo da seca, foram ampliados os deveres e passou também a organizar as “migrações legais”¹⁴⁶ promovidas pelo Estado.

A migração legal...

No relatório de 1860, várias cartas e ofícios foram anexadas ao texto para pressionar uma ação do governo, tendo com a principal ideia a migração da população por meio da Lei. Um ofício chegado de Lençóis,¹⁴⁷ aconselhava ao presidente que “talvez fosse muito conveniente” que ele “procedesse às precisas indagações” a respeito do estado de sofrimento “por intermédio das Autoridades de Caetité, Macaúbas, Urubu, Villa da Barra, Chique Chique, Jacobina, pois se “é verdade que nesses pontos não há abundância, tornar-se indispensável que faça emigrar as populações das lavras. Será o único meio de salva-las da fome.”¹⁴⁸ O cidadão ainda advertiu o governo, afirmando que seria um erro não considerar as diferenças entre as populações agrícolas e das lavras diamantinas, já que

A população das lavras diamantinas é nômade por necessidade: vive exclusivamente da mineração de diamantes, e se alguma agricultura existe (nas lavras), esta não passa da cultura de hortaliças. Quando há água, e o diamante goza de bom preço, a população cresce, e a prosperidade é geral, e quando as coisas não correm favoravelmente, ela emigra, ou acumula-se nas Villas, procurando meios de vida. ¹⁴⁹

A seca de 1857/1861 derrubou qualquer impressão que associasse o sertão a uma área de pouca densidade demográfica, assemelhando-o a quase um deserto. A estiagem parece ter

¹⁴⁶ Na verdade, essas migrações já aconteciam, mas, o governo não tinha um controle dos migrantes, não sabia para onde eles iam, nem o que faziam. Para o Estado era preciso controlar essa migração desenfreada antes que ocorressem a “barbárie” desses sertanejos nas grandes propriedades de terras.

¹⁴⁷ Ofício escrito pelo “cidadão” Aristides Ferraz Moreira, 2º suplente do Delegado de Polícia do Termo de Lençóis em 22 de fevereiro de 1860.

¹⁴⁸ Crise Alimentícia, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 07.

¹⁴⁹ Crise Alimentícia, Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 07

revelado uma população eventualmente excedente, desempregada, desamparada e ociosa como nunca antes visto em um período de seca. E, portanto, forçada a migrar de seu território de origem e talvez de alguma utilidade em outras áreas com carência de mão-de-obra.¹⁵⁰ E para que a situação dos migrantes fosse controlada, o governo “aprovou o *Regulamento de emigração: os meios de prover a emigração*,¹⁵¹ organizando-a, decidindo seus rumos e forçando o sertanejo a migrar, mesmo contra sua vontade. Segundo o regulamento, os comissários gerais e municipais teriam “por dever auxiliar, e promover a emigração por caravanas de cem pessoas para cima”. Os sertanejos seriam conduzidos para o “litoral”, principalmente para as cidades de Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré e Valença, em caráter temporário.¹⁵² Os artigos tinham a intenção de orientar as comissões gerais e municipais, apontando como promover a migração legal como forma de organizar as migrações legais e amenizar os impactos da seca no interior.

Logo nos primeiros artigos é deixado claro que o socorro público vinha diretamente do governo Imperial e a Província era apenas a responsável para administrar os alimentos, dinheiro e medicamentos para qualquer enfermidade proporcionando aos habitantes do interior a imigrar voluntariamente para o litoral. As divisões das comissões surgiram mais especificadas e detalhadas a partir do quarto artigo. A comissão geral abrangia algumas Comarcas, cuja escolha não foi especificada, dentre ela está a de Juazeiro que era a responsável em atender a região da Comarca de Jacobina e Sento Sé, a comissão secundária eram as Municipais que tinham o papel de auxiliar a Comissão geral.

Às comissões gerais competiam a “comprar nesta, ou nas Províncias limites”, os gêneros alimentícios “preferindo o feijão ao milho, e este a farinha” e distribuindo-os com os “Comissários municipais dos distritos” que requeresse, “promover e auxiliar a emigração por caravanas”, com no máximo cem pessoas recebendo os suplementos necessários mantendo o governo sempre informado de tudo. “Convidar, por editais, afixados em diferentes lugares de seu distrito, as pessoas que quiserem emigrar”. Estabelecer pontos de distribuição em lugares estratégicos para que os emigrados não sofressem necessidades alimentares.

A Comissão Geral deveria prestar contas mensalmente das compras de gêneros e das despesas feitas com as caravanas, exigindo dos vendedores dois comprovantes, um para a

¹⁵⁰ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 61.

¹⁵¹ Regulamento de emigração: os meios de prover a emigração, está disponível no Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Pág. 07. E será melhor esclarecido no próximo capítulo.

¹⁵² Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 65.

prestação de contas com o governo e outro para guardar em seu poder.¹⁵³ Entretanto, estavam dispensadas as compras feitas durante a locomoção; “Art. 25. Os Diretores ou guias não serão obrigados a apresentar recibos dos objetos comprados durante a viagem; pois que nem sempre terão de comprar provisões a pessoas que saibam ler.” Cada caravana deveria ter um Diretor responsável pelo mesmo até chegar ao seu destino final, esse indivíduo seria nomeado pelo chefe da comissão de onde partiu a caravana, acompanhando ele, iriam dois ajudantes nomeados pelo mesmo que fariam o papel de enfermeiros e para demais auxílios e alguns guardas para fazer a segurança dos gêneros, possivelmente por conta dos roubos provocados por outros famintos e retirantes. Era proibido ao emigrado seguir de “um para outro município, onde seja mais fácil e mais pronto completar o número da caravana, sem um guia, ou seja, sem o diretor”. Consta ainda que os “emigrados que adoecerem no caminho ou ficarem impossibilitados de viajar”, ficariam nos distritos por onde a caravana passar para serem tratados conforme a necessidade e partiriam na próxima comitiva.

Era obrigatório a matrícula de cada indivíduo, independentemente da idade. No artigo 17º estava explícito que “onde quer que haja Comissários haverá também livro de matrículas, em que se declare o nome do emigrado, estado, sexo, idade, qualidade e profissão. Ninguém poderá fazer parte da caravana sem matricula.”¹⁵⁴ Como um bom pai, a promessa feita nos últimos artigos para os que praticavam todos os ritos contidos na instrução, era serem reconhecidos como indivíduos inteligentes, honrados, dignos de receberem uma nomeação se praticassem cura ou fossem médicos. Além de decidir a sorte dos retirantes, para onde iriam ou deixaria de ir, o governo garantia a volta dos imigrados ao seu local de naturalidade quando o mal tempo passasse.

Após o termino da estiagem, era facultado ao retirante voltar ao seu município de origem ou permanecer no local para onde migrou, caso tivesse se estabelecido através de um emprego ou tornando-se colono em algum projeto de particulares ou do governo. Tais migrações deviam ser realizadas sob o controle de um guia, acompanhado de uma ambulância e por alguns praças. Era proibido ao migrante estabelecer-se em uma das várias vilas em passagem ao destino determinado pelos agentes públicos, a não ser que fosse impedido de

¹⁵³ Instruções, nº 7. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 02.

¹⁵⁴ Instruções, nº 7. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 03.

continuar a marcha devido a alguma enfermidade grave.¹⁵⁵ Muitos migrantes foram obrigados a deslocarem-se de suas casas para o “litoral” passando a habitar o novo empreendimento do governo que já estava sendo “idealizado pelo governador anterior João Luís Vieira Cansanção Sinimbu, em 1857, com o propósito de ocupar terrenos devolutos entre Canavieiras e o rio Pardo, desenvolvendo o comércio entre essas duas áreas, aproveitando a população já existente e a que se deslocava para essa região,¹⁵⁶ passou a ser uma alternativa ao fluxo de pessoas que se retiravam em direção às matas fugindo da seca e em busca de “refrigério”.¹⁵⁷

Os retirantes na migração...

Seguindo essas instruções, em 28 de dezembro de 1860, a vila de Lençóis enviou a Salvador uma caravana de cerca de setenta e cinco pessoas, com ela seguiu uma lista de matrículas contendo nome, qualidade¹⁵⁸, idade, estado civil, naturalidade e filiação, relacionados com as pessoas que tinham migrado daquela povoação para a capital.

Entre os migrantes estavam as jacobinenses, Antônia Rosa Cândida, branca, de 36 anos, viúva, acompanhada de suas duas filhas de pele branca, ambas solteiras; Maria Cândida do Sacramento de 14 anos, e sua irmã de 7 anos, Amélia Batista de Freitas nascida em Lençóis. Nessa mesma lista estavam os irmãos Nicomedio Maria de Britto, de 9 anos e Maria Nicomedio de 8 anos, eram pardos e naturais de Jacobina, filhos de Maria de Jesus. A mãe não migrou junto.¹⁵⁹ É provável que essas famílias tenham fugidos da seca em Jacobina procurando melhores lugares para sobreviver ou mudaram a mais tempo em razão da mineração.

O crioulo, Andre Andeiro dos Santos, solteiro, pai de cinco filhos e o branco, Alberto Martins dos Santos, casado e possivelmente pai de cinco filhos, moradores de Jacobina,¹⁶⁰ estavam entre as mais de 948 pessoas citados na lista de migrantes pelo comissário da Vila de

¹⁵⁵ Instruções, nº 7. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889 - PR_SPR_00105_130605. Disponível no sítio: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia> Acessado em 11/05/2016, p. 65

¹⁵⁶ Gonçalves, *Ibid*, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1998), p. 625.

¹⁵⁷ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 66.

¹⁵⁸ Qualidade, significava para a época a cor da pele.

¹⁵⁹ Matrícula de Migrantes, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial. *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁶⁰ Lista de Matrículas, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1861-1889*, Maço 1608.

Feira de Santana. Estes partiam em busca de algo melhor até que a “providência divina” atendesse seus pedidos e fizesse cair chuvas no sertão. João Gonsalves partia com os dois netos nessa mesma expectativa, assim como Antônio Francisco de Sá e seus quatro irmãos. Estes sertanejos saíram de Jacobina para Feira de Santana, foram registrados e conduzidos até os trabalhos na estrada de Santo Amaro onde permaneceriam empregados durante a escassez: “O fundamento básico das referências culturais – a família! – seria, portanto, o primeiro ponto a ser atingido¹⁶¹ e conforme ofício do Comissário da Vila de Feira, o número de migrantes estava aumentando significativamente da região de Jacobina e Vila Nova da Rainha e que muitos tinham “chegado ao estado de abandonarem sua mulher e filho”¹⁶² pelo emprego que teria na vila de Santo Amaro. Para Neves, “a proximidade da morte pela fome coloca os homens em situação de uma luta primária em que “os sentimentos de humanidade se concentraram na necessidade de salvar a vida”, subordinando as normas sociais e os valores morais que constituem a base da experiência humana”.¹⁶³

A ideia de colocar os indivíduos que se aglomeravam em outras vilas para trabalhar nas obras públicas foi de Francisco Gonçalves Martins, barão de São Lourenço, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe e o conselheiro José Antônio Saraiva - políticos influentes e bem informados das especificidades da política baiana e que essas medidas já haviam sido iniciadas na Comarca de Minas do Rio de Contas.¹⁶⁴ As populações migrantes também eram encaminhadas para o que o governo chamava de “colônia”, que estavam situadas em terras particulares.

Esses grupos enormes de migrantes recebiam ajudas do governo como alimento, tratamento médico e até mesmo dinheiro, por isso, “em vista dos relatórios, e dos indivíduos em disponibilidade, o governo mandavam essas pessoas para trabalhar nas empresas de obras públicas, com especialidade das estradas do Juazeiro e Santo Amaro”.¹⁶⁵ As pessoas alistadas e levadas para essas “colônias” não estavam tão cientes para onde iriam, elas apenas queriam

¹⁶¹ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 180.

¹⁶² Lista de Migrantes, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Arquivo Colonial e Provincial, Seção Arquivo Colonial e Provincial, *Seca 1845-1860*, Maço 1607.

¹⁶³ Neves, op cit. Rodolpho Theophilo. “História da seca do Ceará (1877-1880)”, pp. 269.

¹⁶⁴ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 59-60. José Antônio Saraiva e João Maurício Wanderley foram autores da Lei Saraiva – Cotegipe, mais conhecida como a Lei dos Sexagenários. Saraiva iniciou sua vida política como juiz da Comarca de Jacobina. Para melhor conhecimento sobre estes políticos, conferir o livro de Jackson André da Silva Ferreira, *Gurgalha: Um Coronel E Seus Dependentes No Sertão Baiano (Morro Do Chapéu, Século XIX)*.

¹⁶⁵ Correspondência dos Barões de São Lourenço e Cotegipe e de José Antônio Saraiva ao Presidente de Província, Salvador, em 26/10/1860, Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Seca, 1845-1860*, Maço 1607.

uma opção de sobrevivência. Só depois dos alistamentos e das aglomerações em algumas vilas foi que o governo enviou esses indivíduos para trabalharem nas obras públicas.

A sociedade baiana entendia que o sertanejo não era civilizado e o trabalho árduo em obras públicas, cuja utilidade poderia ser revertida para a Província, onde se encontrava o emigrado, constitui-se no mecanismo de combate ao processo de degradação e preguiça no qual se percebia a decadência física dos retirantes no interior, sua “quase-nudez”, seus “semblantes esqueléticos de vestígios da fome, de horror e de desespero”, mas que se destaca, talvez com maior ênfase, “essa outra desgraça”, não menos lamentável” que é “deixar inteiramente desaproveitado n’um ponto do Império tão grande número de homens validos, alimentados pela caridade pública, quando um imenso território está reclamando braços.”¹⁶⁶ Mas, para os migrantes que iam para as obras públicas, a visão era completamente diferente, já que estes vinham de atividades desenvolvidas na agricultura e pecuária e as atividades destinadas a eles eram marcadas por horários, prazos e normas rígidas, segundo Santos,

(...) o sentido atribuído ao trabalho nas frentes de serviço era entendido como um meio de garantir a sua sobrevivência e a de sua família enquanto a seca perdurasse. Era apenas um meio de sobreviver enquanto a chuva não caía na terra e eles poderiam retornar as suas localidades. Essas atividades eram marcadas por experiências totalmente diferentes daquelas relações estabelecidas em suas comunidades, as atividades desenvolvidas nas frentes de serviço eram pautadas em métodos racionais de produção, baseadas em uma forte hierarquia, horários e normas bastante rígidos.¹⁶⁷

Na pequena tabela abaixo consta um número aproximado de pessoas que saíram da Vila de Jacobina para procurar algum modo de sobreviver na Vila de Feira.

LOCALIDADE	QUANTIDADE ¹⁶⁸					QUALIDADE			ESTADO		
	Inscritos Adultos	Acompanhantes				Preto	Branco	Crioulo	Solteiro	Casado	Viúvos
		Filho	Sobrinho	Neto	Irmão						
JACOBINA	100	416	04	02	05	313	49	78	29	43	15

¹⁶⁶ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 182.

¹⁶⁷ Santos, “A seca é o inverno de muita gente”, p. 69.

¹⁶⁸ Esta é uma quantidade aproximada.

Tabela baseada no documento intitulado por mim como Lista de Migrantes, encontrado no APB – Seção Arquivo Colonial e Provincial – Maço 1607, Seca 1845-1860.

Alguns conseguiram emprego na distribuição de víveres, mas, Feira de Santana não comportava tantas famílias e pessoas. Por isso, quando chegavam ao município, eles eram enviados para trabalhar na estrada de Santo Amaro. É importante perceber que todos esses indivíduos pontuados na tabela possivelmente eram homens livres ou libertos. Segundo Neves, os trabalhadores retirantes na ausência de suas terras e degradados pela fome foram submetidos a “tutela” do Estado.¹⁶⁹ Apesar do governo baiano prezar pela mão de obra estrangeira na estrada de ferro que estava sendo construída de Santo Amaro a Juazeiro, muitos retirantes, reitero, foram mandados para o trabalho na nova ferrovia que iria modernizar a Bahia, comandados pela Junta de Engenheiros, juntamente com uma empresa inglesa responsável pela obra.

Para Santos, as ações que o governo tomou na tentativa de minimizar os efeitos das secas, foram medidas insuficientes, já que não atingiram as reais causas dos problemas, que não eram climáticas, mas sim relacionadas, sobretudo, com a estrutura socioeconômica e política da região.¹⁷⁰ Entretanto, ratifico que a seca era um problema climático, social e político, mas, as essas medidas de urgências tomadas pelo Estado não davam conta de conter tamanha calamidade, as chamadas, atualmente de “políticas emergenciais”, não conseguiu atender toda a demanda da Província. Por isso, pode-se notar que a partir da seca de 1857/1861, foi que o governo começou a investir em pesquisas e estudos para encontrar uma solução efetiva contra estiagem.

Ideias de um principiante e a formação de colônias no combate à seca...

Pedro da Silva Rego,¹⁷¹ comissionário geral de uma das comissões de socorros públicos, escreveu uma carta para o novo Presidente da Província, o José Augusto Chaves, apresentando suas ideias de combate à seca. Sobre o comissionário, “ventilavam notícias que teria utilizado seu cargo para alcançar bons resultados em processos eletivos à Assembleia

¹⁶⁹ Neves, ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, p. 180.

¹⁷⁰ Santos, “A seca é o inverno de muita gente”, p. 56.

¹⁷¹ Fala do presidente de província, Antônio da Costa Pinto, 1861, Arquivo público da Bahia (APB), p. 22-27. Também está no texto de Gonçalves, p. 63. Pedro da Silva Rego era um comerciante de Praça de Salvador, comissionário geral responsável pela Comissão Municipal de Lençóis que controlava Rio de Contas e Maracás; a de Urubu, o de Caetité e Montes Altos; a da Barra do São Francisco, o de Xique Xique.

Provincial.¹⁷² Com essa informação, não é difícil imaginar que esta carta seria de extrema relevância para o mesmo. No dia 18 de janeiro de 1861, ano que começou com a chegada da chuva em muitos lugares, nos seus escritos, pontuou que o governo deveria continuar “o socorro por mais algum tempo, sustentando os asilos que criei, pelas vantagens resultantes da comunhão, e suspende[sse]m a emigração”.

A suspensão da emigração segundo ele, era “devido às chuvas” que causou estragos nas estradas e provocou “emanações deletérias, produzidas pelas enchentes dos rios, ” que em contato com “o organismo desequilibrado dos famintos,”¹⁷³ fizera muitas vítimas. Ratificando que mesmo com a chegada das chuvas era preciso continuar por mais algum tempo a auxiliar a população sertaneja. O comerciante de praça opinou que só havia dois modos de combater o flagelo que era a seca, considerava que as medidas a serem tomadas pelo governo para “arrancar o mal pela raiz” era continuar com os socorros momentâneos de “alimentar, curar, e vestir os flagelados” e para prevenir das secas “sistematizadas” que no entender dele “se resolve principalmente nas vias de fácil transporte”.

O primeiro é um meio extraordinário, sem utilidade duradora, próprio para desenvolver o pauperismo e toda casta de crimes, quando mal aplicado. Ele não nos deve ocupar, e nem Deus há-de permitir que o Governo, surpreendido por força das circunstâncias, tenha ainda ocasião de combater um mal com aplicação de outro.

O segundo, como fica dito, não se pode dar sem o melhoramento do nosso sistema de transporte; sem ele pouca modificação trariam aos males que se procuram evitar as colônias nacionais ou estrangeiras, estabelecidas longe do litoral, por mais que, à custa de sacrifícios na falta de estradas regulares, aumentassem elas a lavoura pela introdução de máquinas, e métodos aperfeiçoados.¹⁷⁴

A discussão que Pedro da Silva Rego traz entorno das propostas para amenizar o sofrimento causado pela seca mostrou dois contrapontos relevantes: o primeiro é que a segunda ideia do escritor da correspondência, retoma as várias reclamações que encontrei nos documentos sobre as péssimas qualidades das estradas que dificultavam a chegada de socorros nas vilas e

¹⁷² Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 74.

¹⁷³ Correspondência de Pedro da Silva Rego ao governador da Província da Bahia, José Augusto Chaves, Bahia, 18/01/1861. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Seca, 1861-1889*, Maço 1608.

¹⁷⁴ Correspondência de Pedro da Silva Rego ao governador da Província da Bahia, José Augusto Chaves, Bahia, 18/01/1861. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Seca, 1861-1889*, Maço 1608.

também a comunicação entre os Sertões e o litoral. Para ele, era muito importante que as estradas se tornassem prioridades da política provincial. “Estradas”, era a palavra de ordem, principalmente entre os grupos dominantes locais.¹⁷⁵ Segundo, Rego fez uma crítica as tentativas de implantação de colônias na Província da Bahia, nas margens do Rio Pardo que iriam ser habitadas por “famílias brasileiras”. Gonçalves argumenta que

A Colônia do Salto do Rio Pardo, a princípio idealizada pelo presidente de província, João Luís Vieira Cansanção Sinimbu, em 1857, com o propósito de ocupar terrenos devolutos entre Canavieiras e o rio Pardo, desenvolvendo o comércio entre essas duas áreas, aproveitando a população já existente e a que se deslocava para essa região, passou a ser uma alternativa ao fluxo de pessoas que se retiravam em direção às matas fugindo da seca e em busca de “refrigério”.¹⁷⁶

Gonçalves ainda acrescentou que “apesar de ser uma alternativa ao refugiado da seca (...), salvando muitas famílias da morte, o projeto não foi adiante em razão do pouco interesse do governo em somar forças com a iniciativa de particulares”.¹⁷⁷ Em 1859, o presidente achava agonizante a criação da colônia, já que ela não tinha cumprido seu objetivo. Novamente, em 14 de dezembro de 1860, foi firmado um termo de colônia entre o Desembargador Presidente da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto e o Joaquim José de Araujo Fonseca sob a autorização do Ministério do Império. Dentre das cláusulas do contrato, especificava que a responsabilidade de encontrar as famílias para morar na colônia era tarefa do senhor Fonseca, a obrigação do presidente era disponibilizar as terras do estado que não estavam sendo usadas. Infelizmente não encontrei nenhum documento que apontasse se esse projeto de 60 teria dado certo ou não. Mas, na opinião de Rego, “longe de prevenir o mal, essas colônias não ficariam por seu turno menos sujeitas, do que as populações existentes, aos terríveis efeitos das secas”. Continuando sua convicção que

Só uma viação pronta e econômica, unindo o interior da Província com a beira mar, facilitando a permutação, aumentando os produtos da lavoura pela carência,

¹⁷⁵ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 67.

¹⁷⁶ Gonçalves, *ibid.*, Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”, p. 625.

¹⁷⁷ Gonçalves, “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”, p. 66.

fazendo uma circulação mais ativa das capitais, enriquecendo, e moralizando ao mesmo tempo o habitante do Sertão, faria zombar dessas crises.

Por conseguinte, no meu humilde modo de entender, as estradas, e não os estabelecimentos coloniais, devem ocupar, primeiro que toda, a atenção do governo, como meio seguro de prevenir os efeitos das secas, por que passa periodicamente o Sertão.

As colônias, assim colocadas, pelo contrário viriam aumentar os sacrifícios da Nação pela repetição dos socorros da primeira ordem, reprovados debaixo de muitos pontos de vista.

Rego finalizou afirmando que é por esses projetos que o “Governo deve dirigir toda sua ação, mandando examinar e orçar por Engenheiros práticos qual dos meios de transporte deve-se preferir por sua pronta execução, e economia compatível com as finanças do País”. Entretanto, para ele “a estrada de ferro não poderia ser uma possibilidade ainda, pois era “morosa sua feitura”, e o comércio, a indústria e população não estavam acostumados, assim como, “os recursos pecuniários”, (...) dispostos, não podiam “comportar suas despesas”. “Em nossas circunstâncias essa viação viria muito cedo, seria uma espécie de verdadeiro luxo”.¹⁷⁸

Para os dirigentes locais era importante a disseminação da ideia de que a solução para o problema das secas perpassava pela correção do secular “atraso do sertão”, logo a construção de estradas era uma das saídas apontadas, pois levaria o desenvolvimento à região.¹⁷⁹ Enquanto que a estrada de ferro e de rodagem, “ambas contribuíram, não obstante, para diminuir o isolamento da zona afetada pelas secas, tendo sempre como meta possibilitar a circulação: de retirantes, de operários, de mercadorias, de materiais construtivos, de água, de mantimentos, e circulação de informação, que seriam responsáveis pela modernização técnica e cultural do sertão.¹⁸⁰ Mas, para Pedro da Silva Rego, “a estrada de rodagem por muito dispendiosa, e de construção tardia para a precisão, que urge, deve também ficar de porte”. “Resta a navegação fluvial, e o melhoramento da atual estrada que possuímos, à qual com mais acerto daríamos o nome de trilho indígena”.¹⁸¹

¹⁷⁸ Correspondência de Pedro da Silva Rego ao governador da Província da Bahia, José Augusto Chaves, Bahia, 18/01/1861. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Seca, 1861-1889*, Maço 1608.

¹⁷⁹ Santos, “A seca é o inverno de muita gente”, p. 77.

¹⁸⁰ Hélio Takashi M. de Farias, “Contra as secas: A engenharia e as origens de um planejamento territorial no nordeste brasileiro (1877-1938)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008), pp. 169.

¹⁸¹ Correspondência de Pedro da Silva Rego ao governador da Província da Bahia, José Augusto Chaves, Bahia, 18/01/1861. Arquivo Público da Bahia (APB), Seção Colonial e Provincial, *Seca, 1861-1889*, Maço 1608.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESPERANÇA DE DIAS MELHORES

Com sumo prazer já vos anunciei que se acha extinta a quadra calamitosa, que por tão longo tempo, assolou o interior da Província. Contrista-se ainda, compunge-se o espírito filantrópico pela reminiscência de tantas graças, de tantas vidas ceifadas, tantas fortunas arruinadas, tão desamparada viuvez, e misérrima erphandade.

Com o restabelecimento da ordem natural das estações surgiu a grata esperança, que se vai realizando, de amplas colheitas, que restitua a abundância naqueles mercados, e satisfaçam as mais urgentes necessidades da vida. Baixa considerável tem tido os preços, outrora tão exagerados, dos gêneros alimentícios, ficando assim ao alcance das classes menos abastadas. Em consequência d'essas benignas circunstâncias, para seus lares tem regressado muitos, que por força daqueles maus tempos emigraram, concorrendo d'esta forma para mais avultar-se ali a produção da lavoura.

Neste estado satisfatório, cumpria terminar-se, como terminada está, a distribuição de socorros públicos, desde 20 de junho deste ano.

A despesa com eles feita desde o 1º de janeiro até 31 de julho, monta a Rs. 160:415\$659.

Fala da Presidência em 1861.¹⁸²

O discurso na Assembleia Provincial da Bahia pressupõe que a seca de 1857/1861 promoveu uma reflexão em torno das políticas dos governos Provincial e Imperial. Assim, além de desembocar uma das maiores crises de abastecimento de alimentos, ela conseguiu fazer com que o sertanejo fosse percebido dentro de tal contexto. A partir dos relatos feitos por naturalistas e posteriormente pelos fazendeiros, notei que a adaptação das pessoas que já

¹⁸² Relatório do Presidente da Província. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/125/00030.html> Acessado em 20/10/2016.

conviviam com as secas permitia que estes aguentassem por mais tempo as consequências das estiagens.

Só após muitas cobranças o governo se posicionou diante das calamidades e começou a montar estratégias para aliviar os problemas, entretanto, os projetos executados não foram o suficiente para barrar a seca. Houve assim, uma política assistencialista, em especial a da emigração para outras terras, utilizada para controlar os retirantes e depois fazer com que os sertanejos saíssem de seus municípios para maior facilitação de socorros a eles. Entretanto, a comissão de socorros públicos encontrou uma resistência por parte da população em sair do seu local de origem, mesmo com tamanha miséria e pouca ajuda. A migração era vista como última opção de sobrevivência.

No decorrer das experiências com a seca, os sertanejos criaram estratégias, resistências e meios de conviver com a caatinga, a seca e o semiárido. Aprenderam a viver e sobreviver usando o couro, as frutas, cascas de árvores e animais nativos. Muito mais que isso, a seca de 1857/1861, além de fazer o governo criar ações para ajudar a população, abrindo discursões sobre os direitos e deveres do Estado, também desmistificou, de certa forma, que o sertão não era um deserto, ele estava muito bem povoado e era quem sustentava a Província.

Jacobinenses, Morrenses e Vilanovenses, assim como moradores de outros espaços sertões adentro e afora, demonstraram que não eram vítimas, mesmo que as correspondências tendessem a mostrá-los assim. Pelo contrário, eles conseguiam estabilizar uma relação de poder muito presente na Província. As estratégias foram evidenciadas através dos abaixo assinados pelos fazendeiros de Morro do Chapéu, inclusive o Coronel Quintino Soares da Rocha foi o principal líder do documento, pelos diversos ofícios feitos pelos delegados de Jacobina e Vila Nova da Rainha.

A grande pressão feita pela gente humilde, moradores desses municípios contribuiu para a chegada de socorros públicos, para melhoramentos de transporte e também das estradas. É a partir dos moradores desses lugares que teve noção do quanto a seca atingia a Província provocando comoção e desespero e ao mesmo tempo produzia experiência e estratégias para a sobrevivência. Por isso, os socorros utilizados para controlar o sertanejo e amenizar a seca serviu para que o governo efetivasse políticas voltadas para a população de modo geral mesmo que por intermédio do grandes fazendeiros e comerciantes.

Mas, com a chegada das chuvas os munícipes tiveram uma nova chance de reestabelecer seus lares, suas plantações e suas convivências. A chuva é o sal da terra. Ela era

a ressurreição da terra como afirmou o comissário geral de uma das comissões de socorros públicos, Pedro Rego. O grande volume de chuvas levou consequências para as plantações dos sertões e também interrompeu a chegada de socorros públicos. Que mesmo depois das notícias de chuva ainda continuavam a serem distribuídas, pois, as lavouras ainda se recuperavam da estiagem e na maioria foram vítimas dos problemas acima citados.

A seca de 1857/1860 foi a primeira a ser visibilizada e implementada as políticas de socorros públicos pelo Presidente da Província é a partir dela que se começa a pesquisar sobre o combate à seca, suas causas e consequências, mas só no século XX é criado um Ministério de Combate as secas. Ela contribuiu para o fortalecimento das ações de políticas assistencialistas no decorrer do século XIX e XX. O impacto produzido pela seca está presente em todas as fontes e também na bibliografia, mostrando a calamidade e relação de caridade entre as pessoas. Em contrapartida, os testemunhos escritos em alguns dos documentos ou textos também colocam o sertanejo como invasor, na maioria das vezes em espaços indesejados modificando seus costumes, sua moral, tradições e o seu caráter perante a sociedade urbana civilizada.

FONTES

APB – Arquivo Público da Bahia

- Presidente da Província, correspondências recebidas da Câmara de Morro do Chapéu, 1861-1989, maço 1365;
- Presidente da Província, correspondências enviadas pelos Juizes do Morro do Chapéu 1839-1889, maço 2494;
- Presidente da Província, correspondências recebidas da Câmara de Jacobina 1857-1861, maço 1329;
- Presidência da Província, Seca, 1845-1860, maço 1607;
- Presidência da Província, Seca, 1861-1889, maço 1608;

Digitais/Avulsos

- Relatórios Presidentes da Província da Bahia - <http://www.crl.edu/content/brazil/BAH>.
- Jornais diversos: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Núbia Oliveira Almeida; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. “Seca e política de recursos hídricos na bacia do rio Brumado, Bahia”. *Revista Geonorte*, v.2, n.5 (2012), Edição Especial 2, p.1133 – 1145.

ANTONIL, André João. “Cultura e opulência do Brasil”, Ed. III, Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

BAHIA - SECRETÁRIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL. A seca na Bahia: o modelo de intervenção do Estado. Salvador: SETRABES; CODESCO, 1985, p. 23-24; SALVADOR, Prefeitura Municipal. Arquivo Municipal. Cartas do Senado: 1693-1698. 4º volume. Salvador, [s.d.], p. 51, Idem, Cartas do Senado: 1699-1710. 5º volume. Salvador, [s. d.], p. 20-21, 153; SILVA, Ignacio Accioly de Cerqueira e, AMARAL, Braz do. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, v. II. Página 13.

CASTRO, Lara de. “De retirantes a operários: Trabalho, resistência e conflitos nas obras contra as secas (1915-1919)”, *Revista PERSEU*, vol. 04, nº 5 (2010).

COSTA E SILVA, Cândido da. “Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia”. Salvador: EDUFBA, 2000.

COSTA, Afonso. “200 anos depois – A então Vila de Jacobina”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 48, 1923. pp. 277-282.

_____ “Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geographia*, v. II, 1918, pp. 253.

FALCÃO, Márlío Fabio Pelosi. “Pequeno Dicionário Toponímico da Bahia”. Fortaleza, 2001. pp. 349-350.

FARIAS, Hélio Takashi M. de. “Contra as secas: A engenharia e as origens de um planejamento territorial no nordeste brasileiro (1877-1938)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008), pp. 169

FERREIRA, Jackson André da Silva. “Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2014).

_____ “O jogo da dependência na Chapada Diamantina: relações de dependência em Morro do Chapéu-BA no século XIX”, *Politeia: História e Sociedade*, v. 13, n. 1 (2013), pp. 133-164.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. “As secas na Bahia do século XIX: sociedade e política”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2000), pp. 169.

GRAHAM, Richard. “Alimentar a cidade: das vendedoras de ruas à reforma liberal, Salvador, 1780 – 1860”, São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 448.

MEDRADO, Joana. “Vaqueiros e fazendeiros na comarca de Geremoabo - Bahia no final dos oitocentos: trabalho, dominação e resistência”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, 2012, pp. 161-181.

NASCIMENTO, Macio Andrade do. “Roças, Currais e Garimpos: O trabalhador livre e pobre no Sertão Baiano dos Oitocentos. Morro Do Chapéu (1848-1889)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2014).

NEVES, Erivaldo Fagundes. “O sertão como recorte espacial e como imaginário cultural”, In: *Politéia: História e sociedade*, v. 3, n.1(2003). pp. 153-162.

_____ “Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?”, *Afro-Ásia*, n.19-20 (1997). pp.239-250.

_____ “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)”, Salvador, Universidade Federal da Bahia, pp. 306.

NEVES, Frederico de Castro. ““Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877”, *Projeto História*, v.27 (2003), pp. 167-189.

NUNES, Francivaldo Alves. “Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (Caso da seca de 1877)”, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n° I (2009).

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. “Índios Paneleiros no Planalto da Conquista: Do massacre e o (Quase) extermínio aos dias atuais” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2012), pp. 132.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1998), p. 625.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, *Revista de História da USP*, nº 135 (1996), pp. 133-159.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira. “Adjustando Las Lentes”, *El Coronel Negro, relaciones de raza y poder en sertao bahiano*, (Tese de Doutorado, Universidad Nacional de Rosario, UNR, 2015).

SANTOS, Emily Rodrigues dos. “A seca é o inverno de muita gente” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014).

SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. “Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2011), pp. 217.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. “Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática”, *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, nº 3 (2007), p. 467.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. “Política de Abastecimento na Economia Mercantil: O Celeiro Público da Bahia (1785 – 1866)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2011). p. 44.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. “Viagem pelo Brasil: 1817-1820”. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 2, pp. 58-134.

THEOPHILO, Rodolpho. “História da secca do Ceará (1877-1880)”, pp. 269.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. “Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX” (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006), pp.240.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. “O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)”. (Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 2002.) USP/CEDHAL – UFPA.

Disponível: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Vieira_texto.pdf
acessado em 13/07/2016.